

ISSN: 2675-567X

boletim
SOCIAL
do Maranhão

**Déficit
Habitacional e
Programas de
Habitação**

V.4 N.3 – JUL / SET



GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO**

Luís Fernando Silva

**PRESIDENTA DO INSTITUTO MARANHENSE
DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E
CARTOGRÁFICOS**

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

**DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E
CARTOGRÁFICOS**

José de Ribamar Carvalho dos Santos

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Thalysson Costa Silva

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
POPULACIONAIS E SOCIAIS**

Marlana Portilho Rodrigues Santos

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E
SETORIAIS**

Raphael Bruno Bezerra Silva

**DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E
FINANÇAS PÚBLICAS**

Anderson Nunes Silva

COORDENAÇÃO

Departamento de Estudos Populacionais e
Sociais

MAPAS

Edila Fernandes Coelho

Thales de Sá Ximenes

REVISÃO TÉCNICA

Rafael Thalysson Costa Silva

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

ELABORAÇÃO

Carla Vanessa Santos Cutrim

Júlia Cristina Lucas Leite

Marlana Portilho Rodrigues Santos

Maysa Eduarda Silva Miranda

Rafael Thalysson Costa Silva

Sanndy Dayse Fonseca Ribeiro

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

Vitor Gabriel Moreira Freire

REVISÃO TEXTUAL

Rodrigo Oliveira

Ricardo Miranda Filho

Geovanna Machado

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Carliane Sousa

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)

Boletim Social do Maranhão: déficit habitacional e programas de habitação
[recurso eletrônico] / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e
Cartográficos (IMESC) – São Luís: IMESC, 2022.

52 p.:il. Color.; v.4, n.3 (jul./set.)

ISSN 2675 567X

1. Políticas Públicas 2. Políticas Sociais 3. Déficit Habitacional 4. Programas de
Habitação 5. Maranhão I. Boletim Social do Maranhão: déficit habitacional e
programas de habitação

CDU:304 (812.1)

APRESENTAÇÃO

O Boletim Social do Maranhão tem por objetivo fornecer indicadores atualizados sobre temas da realidade social do Maranhão com a finalidade de subsidiar a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas do estado. Os boletins são temáticos, e cada edição disponibiliza informações acerca do cenário maranhense com recortes municipais e regionais, contextualizando-as com o país e os demais estados. Além da publicação, são disponibilizados um infográfico e a base de dados em formato Excel.

A 12ª edição do Boletim traz como tema “Déficit Habitacional e Programas de Habitação”, com informações sobre as condições de habitação e os programas habitacionais do Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas (UFs), Regiões de Desenvolvimento e Municípios Maranhenses.

Boa leitura!



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Domicílios precários (em milhares), no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019.	17
Gráfico 2 – Domicílios com coabitação familiar (em milhares), no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019	19
Gráfico 3 – Domicílios com ônus excessivo de aluguel (em milhares), no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019	21
Gráfico 4 – Proporção de domicílios com ônus excessivo de aluguel em relação ao déficit, no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019 (%).....	21
Gráfico 5 – Composição das famílias, por faixas de renda familiar per capita, no Maranhão..	25
Gráfico 6 – Composição das famílias em déficit habitacional (%), segundo o sexo e a raça/cor da pessoa de referência, no Maranhão	26
Gráfico 7 – Evolução do número de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela, no Brasil, de 2010 a 2022*	32
Gráfico 8 – Evolução do número de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela, nas Grandes Regiões, de 2010 a 2022*	32
Gráfico 9 – Total de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela, nas UFs, de 2010 a 2022*	33
Gráfico 10 – Evolução do número de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela, no Maranhão, de 2010 a 2022*	33
Gráfico 11 – Proporção do déficit habitacional por componente, no Brasil e Grandes Regiões, em 2010 (%)	41

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Proporção de famílias em déficit habitacional (%), nos municípios maranhenses ...	27
Mapa 2 – Proporção de famílias em déficit habitacional (%), nas Regiões de Desenvolvimento	29
Mapa 3 – Total de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida (Casa Verde e Amarela), nos municípios maranhenses, de 2010 a fev/2022	35
Mapa 4 – Proporção do déficit habitacional em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%)	43
Mapa 5 – Proporção do déficit habitacional em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%)	44
Mapa 6 – Proporção dos domicílios precários em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%)	45
Mapa 7 – Proporção de domicílios precários em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%)	46
Mapa 8 – Proporção de domicílios com coabitação familiar em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%).....	47
Mapa 9 – Proporção de domicílios com coabitação familiar em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%).....	48
Mapa 10 – Proporção de domicílios com ônus excessivo de aluguel em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%).....	49
Mapa 11 – Proporção de domicílios com ônus excessivo de aluguel em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%).....	50
Mapa 12 – Proporção de domicílios alugados com adensamento excessivo em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%).....	51
Mapa 13 – Proporção de domicílios alugados com adensamento excessivo em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%).....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Coerência no número de integrantes da família inscrita no Cadastro Único no Maranhão	13
Tabela 2 – Domicílios com déficit habitacional (em milhares) e evolução da proporção do déficit em relação ao total de domicílios permanentes particulares e improvisados (dppi), no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019.....	15
Tabela 3 – Domicílios com déficit habitacional (em milhares), nas UFs, em 2016 e 2019	16
Tabela 4 – Proporção dos domicílios precários em relação ao déficit, por subcomponente, no Brasil e Grandes Regiões, em 2016 e 2019 (%).....	17
Tabela 5 – Domicílios considerados precários e proporção (%) em relação ao déficit, por subcomponente, nas UFs, em 2016 e 2019	18
Tabela 6 – Proporção de domicílios com coabitação familiar em relação ao déficit, por subcomponente, no Brasil e Grandes Regiões, em 2016 e 2019 (%)	19
Tabela 7 – Domicílios com coabitação familiar e proporção (%) em relação ao déficit, por subcomponente, nas UFs, em 2016 e 2019	20
Tabela 8 – Domicílios com ônus excessivo de aluguel e proporção (%) em relação ao déficit, nas UFs, em 2016 e 2019	22
Tabela 9 – Composição do déficit habitacional, por componente e subcomponente, no Maranhão	24
Tabela 10 – Renda familiar per capita por família, segundo o sexo e a cor/raça da pessoa de referência da unidade familiar, no Maranhão, 2022	25
Tabela 11 – Proporção das famílias em déficit habitacional em relação ao total de famílias (%), segundo o sexo e a raça/cor da pessoa de referência, no Maranhão	26
Tabela 12 – Proporção de famílias em déficit habitacional (%) e quantidade de famílias cadastradas, nos municípios maranhenses.....	27
Tabela 13 – Proporção de famílias em déficit habitacional, nos municípios maranhenses, por componente do déficit	28
Tabela 14 – Total de famílias em déficit habitacional, total de famílias cadastradas e proporção de famílias em déficit habitacional (%), nas Regiões de Desenvolvimento	29
Tabela 15 – Proporção do déficit habitacional nas Regiões de Desenvolvimento, por componente e subcomponente do déficit.....	30
Tabela 16 – Dez municípios com maior número de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela), de 2010 a fev/2022	34
Tabela 17 – Ranking das entregas do programa Minha Casa, Meu Maranhão, entre 2016 e 2022*	36
Tabela 18 – Déficit Habitacional, total de entregas das unidades habitacionais (PMCMV/PCVA e PMCMM) e suas participações no total do estado, nas Regiões de Desenvolvimento.....	37
Tabela 19 – Domicílios com déficit habitacional: quantidade, distribuição e proporção do déficit em relação ao total de domicílios particulares permanentes (dpp), no Brasil e Grandes Regiões, em 2010	41
Tabela 20 – Domicílios com déficit habitacional, proporção do déficit em relação ao total de domicílios particulares permanentes (dpp) e déficit por componente, nas UFs, em 2010.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CVA	Casa Verde e Amarela
DPP	Domicílios Particulares Permanentes
DPPI	Domicílios Particulares Permanentes e Improvisados
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
PCVA	Programa Casa Verde e Amarela
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
P.P.	Pontos Percentuais
SEDES	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
SEDIHPOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
UF	Unidade Federativa

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	METODOLOGIA	9
3.	DOMICÍLIOS COM DÉFICIT HABITACIONAL, DE 2016 A 2019	14
	Déficit habitacional	15
	Domicílios precários	17
	Unidade doméstica convivente (coabitação familiar)	19
	Ônus excessivo com aluguel	20
4.	DOMICÍLIOS COM DÉFICIT HABITACIONAL EM 2022: Maranhão e municípios	23
	Perfil socioeconômico das famílias em déficit habitacional, no Maranhão	25
	Renda familiar per capita, por sexo e raça/cor, e faixas de renda	25
	Sexo e raça/cor	26
	Proporção de famílias em déficit habitacional, nos municípios maranhenses	27
	Proporção de famílias em déficit habitacional nas Regiões de Desenvolvimento	29
5.	PROGRAMAS DE HABITAÇÃO	31
	Programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela	32
	Programa Minha Casa, Meu Maranhão	36
	Déficit habitacional e unidades habitacionais entregues no Maranhão	37
	Outros programas habitacionais no Maranhão	38
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE A – DÉFICIT HABITACIONAL EM 2010	41

1. INTRODUÇÃO

O acesso à habitação é um direito social básico. De acordo com a Assembleia Geral da Nações Unidas, a moradia digna é direito de todos, como proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948¹. No Brasil, com a Emenda Constitucional n.º 26/00, o direito à moradia foi incluído como um direito social na Constituição Federal de 1988, representando o compromisso do Estado, em todas as suas esferas de governo, de realizar ações para dirimir o déficit habitacional.

Com o crescimento desordenado das cidades, as condições precárias de habitação se intensificaram, principalmente nos grandes centros urbanos, ampliando ainda mais as desigualdades sociais. Para combater esse problema, foram criados alguns programas. Em 1964, o Governo criou o primeiro programa habitacional brasileiro, denominado Banco Nacional da Habitação (BNH). Em 2009, foi lançado o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Em 2019, o PMCMV foi substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela.

De forma complementar, estados e municípios implementaram políticas de combate ao déficit habitacional, a exemplo do Maranhão, cujo governo estadual desenvolveu diversas ações para melhorar a moradia da população maranhense, dentre eles destaca-se o Programa Minha Casa, Meu Maranhão (PMCM), lançado em 2016. O programa teve como prioridade 30 municípios dentre os de menor Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), abrangidos pelo Plano Mais IDH.

Todos os programas citados foram importantes para o enfrentamento do déficit habitacional, todavia essa problemática ainda se apresenta em grandes proporções no país. Por isso, é de suma importância a mensuração do déficit habitacional, de forma tempestiva, para subsidiar a elaboração e o desenvolvimento adequado de políticas públicas. Instituições de pesquisa e outros órgãos governamentais despenderam esforços para desenvolver essas bases de dados. A Fundação João Pinheiro (FJP) é referência no Brasil, graças à sua metodologia para a obtenção de dados sobre déficit habitacional, a partir dos dados do IBGE, por meio do Censo Demográfico e das Pesquisas Domiciliares Nacionais (PNAD e PNAD Contínua), e do Ministério da Cidadania, por meio dos microdados do Cadastro Único.

Nesse sentido, o terceiro boletim do ano traz como tema “Déficit Habitacional e Programas de Habitação” com a finalidade de apresentar dados e informações sobre essa problemática no estado. Na primeira parte do boletim foram analisados dados de 2016 a 2019 para Brasil, Grandes Regiões e UFs. Em seguida, o déficit habitacional com base nos dados do Cadastro Único oferece uma visualização mais recente da situação habitacional no Maranhão. Por fim, fez-se um levantamento de informações dos programas habitacionais mais recentes: Minha Casa, Minha Vida (atualmente Casa Verde e Amarela); Minha Casa, Meu Maranhão; e outros programas de grande relevância no estado.

¹ Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]”(grifo nosso)”

2. METODOLOGIA

Para a elaboração deste Boletim Social, foram utilizados os seguintes dados de quatro fontes distintas.

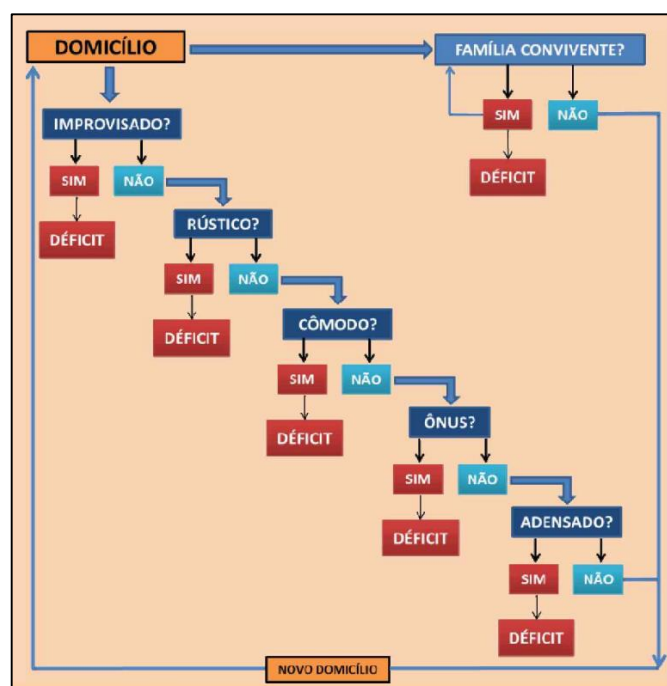
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)

Os dados referentes ao déficit habitacional usados na primeira seção, intitulada “Domicílios com déficit habitacional de 2016 a 2019” e no Apêndice A “Déficit Habitacional em 2010” desta publicação, são provenientes da Fundação João Pinheiro que utiliza dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) para realizar o cálculo do déficit habitacional ao longo de suas edições.

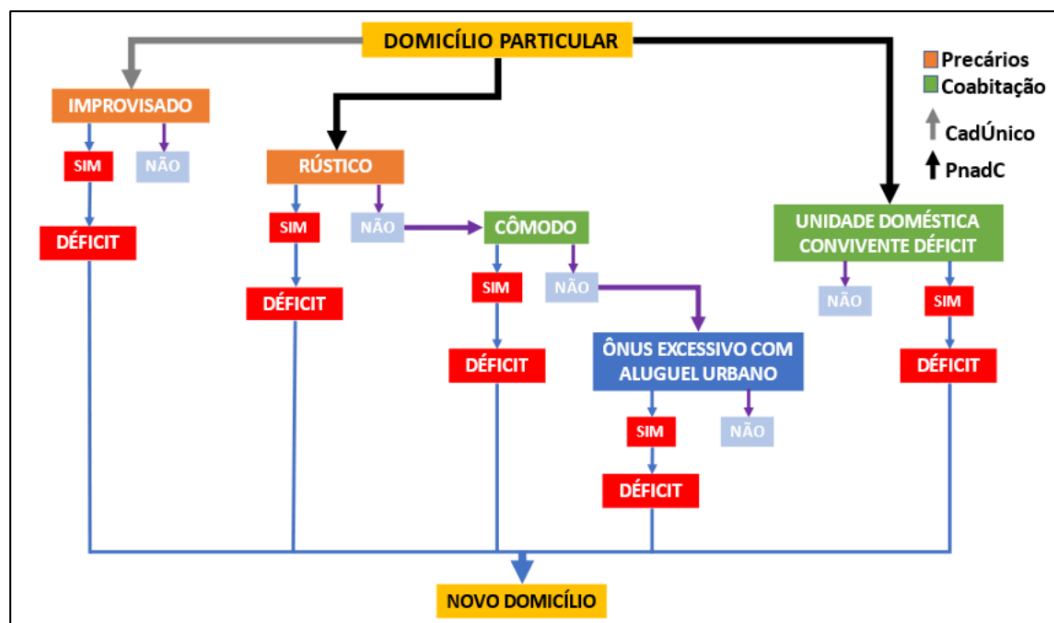
O presente boletim utilizou os dados das edições do Déficit Habitacional divulgadas em 2013 e em 2021. Todavia, há algumas diferenças metodológicas a depender do ano divulgado. Na publicação de 2013 (referente ao ano de 2010), havia quatro componentes: “domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos domicílios cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano; e adensamento excessivo de domicílios alugados” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Já na publicação de 2021 (referente aos anos de 2016 a 2019), havia apenas três componentes: (1) domicílios precários; (2) unidade doméstica convivente (coabitação familiar); e (3) ônus excessivo com aluguel. O “adensamento excessivo de domicílios alugados” foi incorporado ao cálculo do componente “unidade doméstica convivente” na publicação de 2021 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021). As **Figuras 1 e 2** a seguir sintetizam o processo usado para o cômputo do déficit em 2013 e em 2021, de acordo com a fundação:

Figura 1 – Fluxograma do cálculo do déficit habitacional em 2013



Fonte: FJP (2013)

Figura 2 – Fluxograma do cálculo do déficit habitacional em 2021

Fonte: FJP (2021)

Para a análise dos dados, foram utilizados o déficit habitacional em números absolutos e o déficit em relação ao total de domicílios, sendo que este último foi calculado da seguinte forma (segundo as publicações de 2013 e 2021, respectivamente):

Proporção do déficit habitacional (período de referência: 2010)

$$= \frac{\text{Quantidade de domicílios particulares permanentes em situação de déficit habitacional}}{\text{Total de domicílios particulares permanentes}} \times 100$$

Proporção do déficit habitacional (período de referência: 2016 a 2019)

$$= \frac{\text{Quantidade de domicílios permanentes e improvisados em situação de déficit habitacional}}{\text{Total de domicílios particulares permanentes e improvisados}} \times 100$$

Os componentes e subcomponentes de cada uma das edições (2013 e 2021) foram elencados no **Quadro 1**. Para um entendimento pormenorizado acerca da obtenção dos dados, recomenda-se a leitura da metodologia nas publicações disponibilizadas pela FJP.

Levando em consideração a última metodologia aplicada pelo FJP (2021) para o cálculo do déficit, os (sub)componentes são definidos da seguinte forma:

1. DOMICÍLIOS PRECÁRIOS

- a) **Domicílios rústicos:** domicílios sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, que resultam em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das condições de insalubridade. Por exemplo, domicílios com paredes feitas de taipas sem revestimento e madeira aproveitada;
- b) **Domicílios improvisados:** locais construídos sem fins residenciais, que servem como moradia. Entre eles, prédios em construção, viadutos, tendas, barracas, etc.

2. UNIDADE DOMÉSTICA CONVIVENTE (COABITAÇÃO)

- a) Unidade doméstica convivente déficit:** domicílios com no mínimo quatro pessoas onde residem conjuntamente mais de um núcleo doméstico com relação de parentesco, descendente da pessoa de referência do domicílio (filhos e genros ou noras, filhos e netos, etc.) e que tenham no mínimo duas pessoas. Para esses domicílios serem classificados como déficit é preciso que tenham, no mínimo, densidade de mais de duas pessoas por cômodos servindo como dormitório;
- b) Domicílio cômodo:** quando há famílias que residem em cômodos da mesma habitação. Esses cômodos podem estar localizados em casas de cômodo, cortiço ou cabeça-de-porco.

3. ÔNUS EXCESSIVO COM ALUGUEL

Corresponde aos domicílios urbanos (casa ou apartamento) cuja família possua renda domiciliar de até três salários mínimos e que gasta mais de 30% de sua renda com aluguel.

Quadro 1 – Componentes e subcomponentes do déficit habitacional

Edição	Componentes	Subcomponentes	Abrangência territorial
2013	Domicílios precários	Domicílios rústicos	Brasil, Grandes Regiões, UFs e municípios
		Domicílios improvisados	
	Coabitação familiar	Cômodos	
		Famílias conviventes	
	Ônus excessivo com aluguel	-	
2021	Domicílios precários	Domicílios rústicos	Brasil, Grandes Regiões e UFs
		Domicílios improvisados	
	Unidade doméstica convivente (Coabitação familiar)	Unidade doméstica convivente déficit (Famílias conviventes)	
		Domicílio Cômodo	
	Ônus excessivo com aluguel	-	

Fonte: Elaboração própria.

MICRODADOS DO CADASTRO ÚNICO

Os dados de déficit habitacional para o Maranhão, municípios e Regiões de Desenvolvimento maranhenses presentes na segunda seção deste boletim, intitulada “Déficit Habitacional com base nos dados do Cadastro Único – Maranhão e municípios maranhenses”, são provenientes de estimativa feita com base nos microdados do Cadastro Único obtidos em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES). Os dados foram extraídos em junho de 2022 e são compostos por dados atualizados de 17 de outubro de 2016 a 15 de abril de 2022 de 4.462.630 inscritos no CadÚnico.

Para esse fim, o déficit habitacional foi calculado com base na metodologia adotada pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN), que é uma adaptação da metodologia da Fundação João Pinheiro, exposta anteriormente, para ser tratada com os dados do CadÚnico. Cabe destacar que nem todos os indicadores puderam ser calculados ao utilizar os dados do

CadÚnico por limitações da própria base de dados. Os componentes e subcomponentes passíveis de serem extraídos dos microdados foram organizados no **Quadro 2**.

Quadro 2 – Componentes e subcomponentes, conforme metodologia da IJSN

Metodologia	Componentes	Subcomponentes
Déficit Habitacional com base nos dados do CadÚnico	Habitações precárias	Domicílios rústicos
		Domicílios improvisados
	Coabitação familiar	Cômodos alugados, cedidos e próprios
	Ônus excessivo com aluguel	-
	Adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados	-

Fonte: Elaboração própria.

Como documentado em metodologia pelo IJSN, as habitações precárias provêm da soma dos domicílios rústicos e improvisados. Os rústicos são aqueles que têm como material predominante nas paredes externas taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material. Já os improvisados foram marcados como “Particular improvisado” pela família inscrita. A coabitação familiar leva em conta apenas o subcomponente “cômodos alugados, cedidos e próprios”, que mensura o número de famílias que habitam em domicílios com apenas um cômodo. O ônus excessivo com aluguel indica a quantidade de famílias que destinam mais de 30% de suas rendas para o pagamento do aluguel. Por fim, o adensamento excessivo se refere ao número de moradores por cômodos usados como dormitórios, sendo considerado déficit aquelas famílias com no mínimo três moradores por cômodo.

Assim como na metodologia do Déficit Habitacional publicado em 2013 pela FJP (Figura 1), a cada componente são desconsideradas da análise as famílias enquadradas como déficit no componente anterior, dessa forma eliminando as duplicatas.

Por outro lado, diferentemente da proporção do déficit habitacional da FJP, considerou-se o número total de famílias cadastradas no lugar do número de domicílios particulares permanentes, sendo seu percentual calculado da seguinte maneira:

Proporção do Déficit Habitacional

$$= \frac{\text{Quantidade de famílias cadastradas em situação de déficit habitacional}}{\text{Total de famílias cadastradas}} \times 100$$

Cabe mencionar que foram desconsiderados os cadastros considerados incoerentes no que se referia ao número de integrantes da família (variável *d.qtd_pessoas_domic_fam*) comparado ao número de inscritos com o mesmo código familiar (*d.cod_familiar_fam*). A partir desse filtro, verificou-se que 35,5% dos inscritos da base (1.583.870 inscritos) não estavam coerentes, pois o número de casos com o mesmo código de família era diferente da quantidade indicada no cadastro. Além desses, 0,5% (21.072 inscritos) não apresentou valores para a variável *d.qtd_pessoas_domic_fam*, impossibilitando a comparação. Dessa forma, os 64% (2.857.688 cadastros) restantes foram usados para o cômputo do déficit habitacional com base nos dados do CadÚnico, como pode ser visto na **Tabela 1**.



Tabela 1 – Coerência no número de integrantes da família inscrita no Cadastro Único no Maranhão

Dado sobre quantidade de pessoas no domicílio é coerente?	Quantidade de cadastros	Distribuição no total
Sim	2.857.688	64,0%
Não	1.583.870	35,5%
Ignorado	21.072	0,5%
Total	4.462.630	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na seção “Programas Habitacionais”, foram utilizados os dados acerca dos programas habitacionais federais – Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) – provenientes do Ministério do Desenvolvimento Regional. Foram disponibilizados dados das entregas de unidades habitacionais realizadas de janeiro de 2010 a fevereiro de 2022 para o Brasil, Grandes Regiões, UFs, Regiões de Desenvolvimento e municípios maranhenses.

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (SEDIHPOP)

Para complementar as informações acerca dos programas habitacionais (Programa Minha Casa, Meu Maranhão – PMCMM), utilizaram-se dados do monitoramento Mais IDH, realizado pela SEDIHPOP.



3 DOMICÍLIOS COM DÉFICIT HABITACIONAL, DE 2016 A 2019²

²Fundação João Pinheiro (2021) a partir de informações extraídas da PNAD Contínua (IBGE) e Cadastro Único (Ministério da Cidadania).

Déficit habitacional

Tabela 2 – Domicílios com déficit habitacional (em milhares) e evolução da proporção do déficit em relação ao total de domicílios permanentes particulares e improvisados (dppi), no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019

Territ.	Total de domicílios com déficit habitacional (milhares)																Proporção do déficit em relação ao total de dppi			
	2016				2017				2018				2019				2016	2017	2018	2019
	Quantidade			(%)	Quantidade			(%)	Quantidade			(%)	Quantidade			(%)				
	Urb.	Rur.	Total		Urb.	Rur.	Total		Urb.	Rur.	Total		Urb.	Rur.	Total					
NO	508,1	170,4	678,6	12,0	520,7	172,7	693,4	11,6	510,8	166,0	676,9	11,5	522,6	197,0	719,6	12,2	13,3%	13,2%	12,5%	12,9%
NE	1.246,1	462,9	1.709,0	30,2	1.324,6	453,3	1.778,0	29,8	1.317,8	472,0	1.789,8	30,5	1.318,3	460,6	1.779,0	30,3	9,3%	9,6%	9,5%	9,2%
SE	2.098,8	74,7	2.173,5	38,4	2.283,4	74,8	2.358,2	39,5	2.185,6	75,9	2.261,5	38,5	2.202,0	85,1	2.287,1	38,9	7,2%	7,7%	7,2%	7,2%
SU	549,1	56,6	605,6	10,7	599,4	68,9	668,3	11,2	612,3	58,5	670,8	11,4	571,3	47,6	618,9	10,5	5,8%	6,3%	6,2%	5,6%
CO	447,2	43,4	490,6	8,7	429,1	43,7	472,8	7,9	433,8	37,2	471,0	8,0	430,1	42,0	472,1	8,0	9,2%	8,7%	8,5%	8,4%
BR	4.849,19	808,1	5.657,2	100,0	5.157,2	813,5	5.970,7	100,0	5.060,4	809,7	5.870,0	100,0	5.044,3	832,4	5.876,7	100,0	8,1%	8,5%	8,2%	8,0%

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

Considerando o período de 2016 a 2019, observa-se que, em termos absolutos, a quantidade de domicílios em situação de déficit habitacional apresentou crescimento no decorrer dos anos, passando de 5,66 milhões em 2016 para 5,88 milhões em 2019, chegando a atingir 5,97 milhões em 2017, impulsionado principalmente pelo crescimento dos domicílios precários e com ônus excessivo com aluguel. Em termos relativos, a proporção de domicílios em situação de déficit habitacional passou de 8,1% em 2016 para 8,0% em 2019, chegando a 8,5% em 2017 (**Tabela 2**).

As regiões Sudeste (2,3 milhões de domicílios) e Nordeste (1,8 milhão) concentravam a maior quantidade de domicílios em situação de déficit habitacional, a soma das duas correspondia a 69,2% do déficit do país. O Centro-Oeste possui o menor quantitativo de domicílios deficitários (472,1 mil) e foi a região que mais recuou em proporções: de 9,2% em 2016 para 8,4% em 2019 (-0,8 p.p.). Em termos relativos, o Sul é a região com a menor proporção de domicílios em situação de déficit (5,6%), logo em seguida está a região Sudeste (7,2%).

No Brasil e em todas as Grandes Regiões, o déficit habitacional é predominantemente urbano, chegando a representar 85,8% dos domicílios nessa condição, em 2019.

Tabela 3 – Domicílios com déficit habitacional, nas UFs, em 2016 e 2019

UF	Domicílios com déficit				Variação proporção (p.p.)	Ranking variação proporção	Variação absoluta 2019 - 2016	Ranking variação absoluta
	2016		2019					
	Qt.	Prop.(%)	Qt.	Prop.(%)				
RO	76.223	13,2	60.347	9,7	-3,5	1º	-15.876	2º
AC	23.738	10,0	23.285	8,6	-1,4	4º	-453	6º
AM	162.562	15,5	168.603	14,8	-0,7	7º	6.040	15º
RR	19.550	14,3	23.844	15,2	0,9	23º	4.294	12º
PA	322.016	13,5	354.296	13,5	0,1	19º	32.280	25º
AP	29.828	13,9	41.973	17,8	3,9	27º	12.144	20º
TO	44.656	9,1	47.290	8,9	-0,2	12º	2.635	10º
MA	367.873	17,9	329.495	15,2	-2,7	2º	-38.378	1º
PI	111.815	10,7	115.190	10,7	0,0	18º	3.375	11º
CE	238.412	8,4	239.187	8,0	-0,3	9º	775	8º
RN	86.288	7,9	93.788	8,0	0,2	21º	7.500	18º
PB	101.151	8,0	132.383	9,8	1,8	26º	31.232	24º
PE	242.377	7,7	246.898	7,5	-0,3	11º	4.521	14º
AL	105.763	10,0	126.594	11,0	1,0	24º	20.830	22º
SE	68.415	8,9	81.321	10,0	1,1	25º	12.906	21º
BA	386.941	7,7	414.109	7,8	0,1	20º	27.168	23º
MG	428.329	6,0	496.484	6,6	0,6	22º	68.155	27º
ES	80.906	6,0	83.323	5,8	-0,1	15º	2.417	9º
RJ	476.752	7,5	481.243	7,3	-0,2	13º	4.491	13º
SP	1.187.469	7,7	1.226.071	7,6	-0,1	16º	38.602	26º
PR	240.090	6,2	247.153	6,1	-0,1	17º	7.063	17º
SC	144.640	6,0	150.793	5,9	-0,1	14º	6.153	16º
RS	220.891	5,3	220.927	5,1	-0,3	10º	36	7º
MS	76.862	8,6	71.966	7,7	-0,9	6º	-4.896	5º
MT	115.119	10,2	101.158	8,7	-1,5	3º	-13.961	3º
GO	200.840	8,7	209.424	8,4	-0,4	8º	8.583	19º
DF	97.741	10,0	89.554	8,9	-1,1	5º	-8.187	4º

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

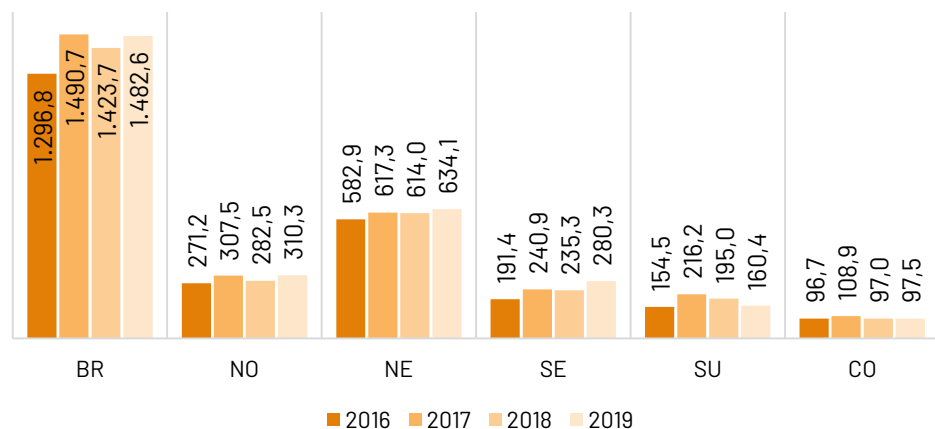
Considerando as Unidades da Federação, os maiores números de domicílios deficitários estão nos estados mais populosos do país, como São Paulo (1,2 milhão), Minas Gerais (496,5 mil) e Rio de Janeiro (481,2 mil), em 2019. Somente São Paulo concentra mais da metade do déficit do Sudeste, equivalendo a 53,6% (**Tabela 3**).

Na variação absoluta, o Maranhão foi o estado que mais reduziu em domicílios com déficit habitacional entre 2016 e 2019 (-38.378), seguido por Rondônia (-15.876) e Mato Grosso (-13.961). Os maiores crescimentos foram observados em Minas Gerais (+68.155), São Paulo (+38.602) e Pará (+32.280).

Em relação à proporção do déficit, entre 2016 e 2019, o Maranhão recuou 2,7 p.p., alcançando 15,2% no último ano. Com isso, apresentou a segunda maior redução dentre as UFs, atrás apenas de Rondônia (-3,5 p.p.).

Domicílios precários

Gráfico 1 – Domicílios precários (em milhares), no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

Tabela 4 – Proporção dos domicílios precários em relação ao déficit, por subcomponente, no Brasil e Grandes Regiões, em 2016 e 2019 (%)

Territ.	2016			2019		
	Improvizados (%)	Rústicos (%)	Proporção dom. precários (%)	Improvizados (%)	Rústicos (%)	Proporção dom. precários (%)
BR	9,5	13,4	22,9	13,4	11,9	25,2
NO	15,5	24,5	40,0	22,3	20,9	43,1
NE	13,3	20,8	34,1	18,5	17,1	35,6
SE	5,8	3,0	8,8	8,6	3,6	12,3
SU	5,2	20,3	25,5	7,1	18,8	25,9
CO	9,3	10,5	19,7	11,6	9,1	20,7

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

No período de 2016 a 2019, houve aumento na quantidade de domicílios precários no país, passando de 1,3 milhão para 1,5 milhão (crescimento de 14,3%). Em 2019, os domicílios precários representavam 25,2% do total do déficit habitacional do país, o segundo maior componente (**Gráfico 1; Tabela 4**).

A região Sul se destacou como a única a reduzir o déficit desse componente entre 2018 e 2019: de 195 mil para 160,4 mil. O Centro-Oeste apresentou o menor quantitativo em toda a série histórica. O Nordeste foi a região com maior quantidade de domicílios precários em 2019, com 634,1 mil unidades, representando 42,8% dos domicílios precários do país (**Gráfico 1**).

O componente Domicílios Precários é composto por domicílios improvisados e domicílios rústicos. Inicialmente, os domicílios rústicos eram maioria, e depois os domicílios improvisados passaram à frente: em 2016, todas as regiões, com exceção do Sudeste, apresentaram maior proporção de domicílios rústicos do que improvisados, com maiores incidências no Norte (24,5%), Nordeste (20,8%) e Sul (20,3%); em 2019, os improvisados superaram os rústicos em 4 das 5 regiões – Norte (22,3%), Nordeste (18,5%), Sudeste (8,6%) e Centro-Oeste (11,6%) (**Tabela 4**).

Considerando as abrangências estaduais, os estados que mais reduziram a quantidade de domicílios precários foram Rondônia (-6,8 p.p.), Mato Grosso do Sul (-6,5 p.p.) e Maranhão (-3,1 p.p.). Em termos absolutos, o total de domicílios precários foi mais expressivo nos estados do Maranhão, Pará e Bahia (**Tabela 5**).

Nos dois anos analisados, dentre as 27 UFs, 12 obtiveram as maiores proporções de domicílios precários caracterizados como rústicos, dentre elas estão Maranhão, Pará e Santa Catarina. Por outro lado, em dez UFs, a maior parcela foi de improvisados, como Paraíba, Amapá e Amazonas. Nas outras cinco UFs restantes, houve ultrapassagem de domicílios rústicos por improvisados em 2019, dentre elas Rondônia, Roraima e Piauí.

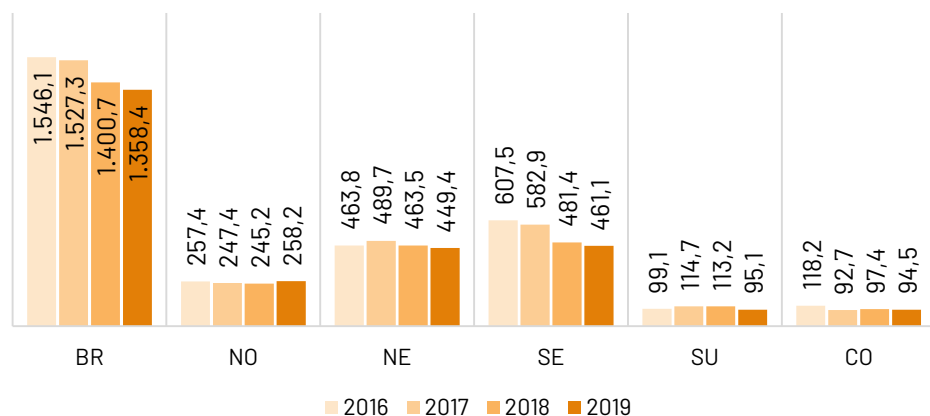
Tabela 5 – Domicílios considerados precários e proporção (%) em relação ao déficit, por subcomponente, nas UFs, em 2016 e 2019

UF	Domicílios precários		Proporção dos domicílios precários em relação ao déficit (%)					
			2016			2019		
	2016	2019	Total	Improvisados	Rústicos	Total	Improvisados	Rústicos
RO	48.728	34.501	63,9	18,9	45,0	57,2	44,3	12,8
AC	6.972	7.612	29,4	8,1	21,3	32,7	16,2	16,5
AM	42.963	64.735	26,4	13,7	12,8	38,4	22,5	15,9
RR	5.558	6.876	28,4	8,6	19,8	28,8	15,3	13,5
PA	141.765	159.751	44,0	16,8	27,2	45,1	18,7	26,3
AP	6.658	16.711	22,3	14,0	8,3	39,8	34,6	5,2
TO	18.533	20.126	41,5	14,4	27,1	42,6	15,0	27,5
MA	246.708	210.997	67,1	13,4	53,7	64,0	19,6	44,5
PI	72.255	76.449	64,6	26,1	38,5	66,4	36,1	30,2
CE	31.294	28.912	13,1	2,3	10,8	12,1	2,9	9,2
RN	20.966	27.966	24,3	15,2	9,1	29,8	20,6	9,2
PB	25.936	44.819	25,6	19,9	5,8	33,9	29,0	4,8
PE	23.219	32.251	9,6	3,8	5,8	13,1	5,7	7,4
AL	25.009	30.492	23,6	14,0	9,7	24,1	20,2	3,9
SE	12.746	24.256	18,6	14,8	3,8	29,8	23,9	6,0
BA	124.762	157.927	32,2	19,8	12,4	38,1	24,0	14,1
MG	80.097	113.180	18,7	17,0	1,7	22,8	20,4	2,4
ES	5.137	6.115	6,3	1,8	4,5	7,3	3,3	4,0
RJ	53.368	70.434	11,2	7,1	4,1	14,6	13,7	0,9
SP	52.837	90.538	4,4	1,6	2,9	7,4	2,3	5,1
PR	55.300	55.917	23,0	5,7	17,4	22,6	7,0	15,6
SC	35.281	39.231	24,4	1,9	22,5	26,0	2,9	23,1
RS	63.935	65.275	28,9	7,0	22,0	29,5	10,1	19,5
MS	19.744	13.792	25,7	9,9	15,8	19,2	12,7	6,4
MT	32.138	33.717	27,9	11,0	17,0	33,3	18,0	15,3
GO	37.907	41.996	18,9	12,2	6,7	20,1	12,3	7,7
DF	6.939	8.009	7,1	0,8	6,3	8,9	1,5	7,4

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro.

Unidade doméstica convivente (coabitação familiar)

Gráfico 2 – Domicílios com coabitação familiar (em milhares), no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

Tabela 6 – Proporção de domicílios com coabitação familiar em relação ao déficit, por subcomponente, no Brasil e Grandes Regiões, em 2016 e 2019 (%)

Territ.	2016			2019		
	Unidades domésticas conviventes déficit (%)	Domicílios cômodos (%)	Proporção de coabitação em relação ao déficit (%)	Unidades domésticas conviventes déficit (%)	Domicílios cômodos (%)	Proporção de coabitação em relação ao déficit (%)
BR	24,9	2,4	27,3	21,5	1,7	23,1
NO	34,9	3,1	37,9	33,8	2,1	35,9
NE	25,4	1,7	27,1	23,8	1,5	25,3
SE	25,8	2,1	28,0	18,5	1,7	20,2
SU	15,2	1,2	16,4	14,6	0,8	15,4
CO	17,3	6,8	24,1	17,3	2,7	20,0

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

O componente Unidade Doméstica Convivente (coabitação familiar) compreendia 1,36 milhão de domicílios no Brasil em 2019, uma redução de 12,1% em relação a 2016. Foi o único componente a apresentar redução (**Gráfico 2**).

Dentre as regiões, as maiores reduções percentuais de domicílios ocorreram no Sudeste (-24,1%) e Centro Oeste (-20,1%). Apesar da significativa melhora, o Sudeste continua a liderar em número de domicílios com déficit nesse componente.

Em relação à proporção (**Tabela 6**), esse componente representava 23,1% do déficit habitacional do país no último ano analisado.

Dentre as regiões, Norte e Nordeste são as que possuem a maior proporção de coabitação familiar em 2019, equivalendo a 35,9% e 25,3%, respectivamente. As menores proporções estão no Sul (15,4%) e Centro-Oeste (20,0%).

Em relação aos subcomponentes, os domicílios com “unidades domésticas conviventes déficits” equivaliam a 24,9% do déficit habitacional brasileiro em 2016, enquanto os domicílios localizados em cômodos representavam 2,4%. Em 2019, observa-se a redução dos componentes para 21,5% e 1,7%, respectivamente.

Tabela 7 – Domicílios com coabitação familiar e proporção (%) em relação ao déficit, por subcomponente, nas UF's, em 2016 e 2019

UF	Domicílios com coabitação familiar		Proporção da coabitação familiar em relação ao déficit (%)					
			2016			2019		
	2016	2019	Total	Unidades domésticas conviventes déficit	Domicílios cômodos	Total	Unidades domésticas conviventes déficit	Domicílios cômodos
RO	11.802	9.634	15,5	14,8	0,7	16,0	16,0	0,0
AC	11.492	9.000	48,4	38,7	9,8	38,7	35,9	2,7
AM	70.814	66.086	43,6	40,1	3,4	39,2	35,1	4,1
RR	9.349	6.812	47,8	39,2	8,6	28,6	25,0	3,5
PA	127.535	137.626	39,6	37,5	2,1	38,8	37,3	1,5
AP	17.003	18.965	57,0	52,0	5,0	45,2	41,6	3,5
TO	9.443	10.083	21,1	15,7	5,5	21,3	21,3	0,0
MA	79.651	80.460	21,7	18,1	3,5	24,4	22,3	2,1
PI	26.108	26.170	23,3	23,3	0,0	22,7	22,7	0,0
CE	71.332	69.420	29,9	29,2	0,7	29,0	28,8	0,2
RN	28.666	22.850	33,2	30,5	2,7	24,4	24,4	0,0
PB	29.838	32.949	29,5	27,7	1,8	24,9	23,0	1,9
PE	68.331	65.847	28,2	27,6	0,6	26,7	25,8	0,9
AL	30.693	30.698	29,0	27,9	1,2	24,2	21,1	3,1
SE	19.230	13.700	28,1	24,8	3,3	16,8	15,9	0,9
BA	109.987	107.324	28,4	26,8	1,6	25,9	23,7	2,2
MG	105.814	84.019	24,7	23,5	1,2	16,9	16,6	0,4
ES	20.593	18.214	25,5	24,2	1,3	21,9	20,8	1,0
RJ	137.296	113.832	28,8	23,6	5,2	23,7	21,4	2,2
SP	343.824	245.079	29,0	27,7	1,2	20,0	18,0	2,0
PR	40.672	39.416	16,9	16,1	0,9	15,9	15,3	0,7
SC	25.714	21.661	17,8	16,0	1,8	14,4	13,2	1,2
RS	32.720	34.073	14,8	13,7	1,1	15,4	14,7	0,7
MS	17.146	19.485	22,3	22,3	0,0	27,1	21,9	5,2
MT	32.888	22.090	28,6	17,7	10,9	21,8	19,6	2,3
GO	43.546	39.622	21,7	18,2	3,5	18,9	15,9	3,0
DF	24.616	13.259	25,2	10,8	14,4	14,8	14,3	0,5

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

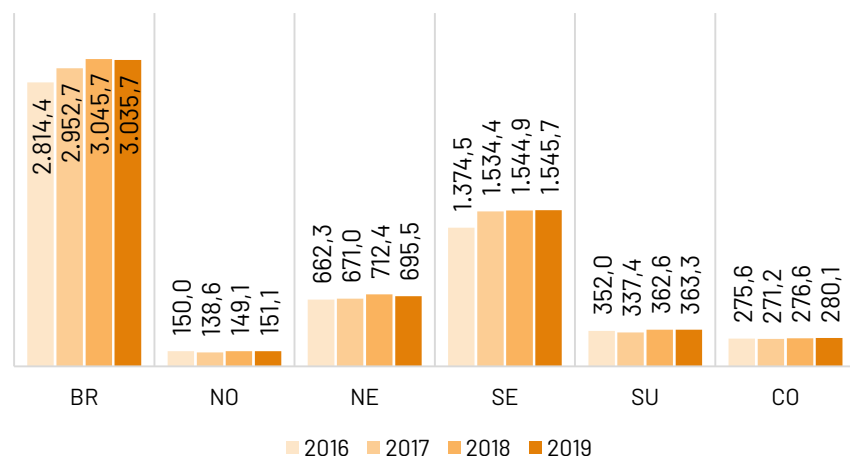
Sob a perspectiva dos estados com domicílios caracterizados como coabitação familiar (**Tabela 7**), destacam-se os maiores registros em São Paulo (245.079), Pará (137.626) e Rio de Janeiro (113.832). O quantitativo dos três estados equivale a 36,6% desse componente no déficit habitacional do Brasil.

Em 22 UF's, a proporção de coabitação reduziu entre os anos analisados, com destaque para Roraima (-19,2 p.p.), Sergipe (-11,3 p.p.) e Distrito Federal (-10,4 p.p.).

Dentre as UF's com as maiores reduções no subcomponente "unidades domésticas conviventes déficits" estão Roraima (-14,2 p.p.), Amapá (-10,3 p.p.) e Sergipe (-9,7 p.p.). Já no subcomponente "domicílios cômodos", as que mais reduziram foram Distrito Federal (-13,9 p.p.), Mato Grosso (-8,6 p.p.) e Acre (-7,0 p.p.).

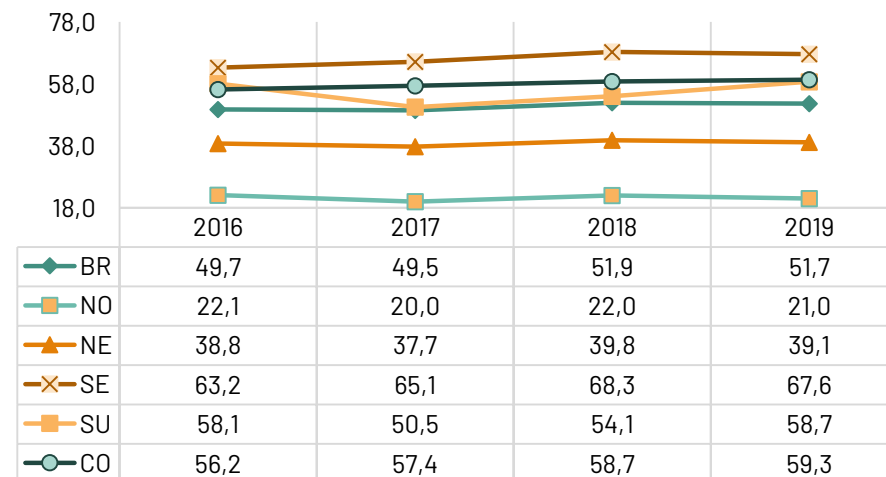
Ônus excessivo com aluguel

Gráfico 3 – Domicílios com ônus excessivo de aluguel (em milhares), no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

Gráfico 4 – Proporção de domicílios com ônus excessivo de aluguel em relação ao déficit, no Brasil e Grandes Regiões, de 2016 a 2019 (%)



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).

Quanto ao quantitativo de domicílios com ônus excessivo de aluguel, o Brasil registrou crescimento de 7,9% (+ 221,3 mil) entre 2016 e 2019 (**Gráfico 3**). Dentre as grandes regiões, o Sudeste (1,5 milhão) e o Nordeste (695,5 mil) apresentaram o maior contingente de domicílios, com aumento de 12,5% e 5,0%, respectivamente, entre o primeiro e último ano da série.

A proporção desse componente no âmbito nacional saiu de 49,7% em 2016 para 51,7% em 2019 (**Gráfico 4**). Na abrangência regional, a proporção é maior no Sudeste (67,6%), Centro-Oeste (59,3%) e Sul (58,7%), sendo o Norte a única região que apresentou queda (-1,1 p.p.) entre 2016 e 2019.

Tabela 8 – Domicílios com ônus excessivo de aluguel e proporção (%) em relação ao déficit, nas UF's, em 2016 e 2019

UF	Domicílios com ônus excessivo de aluguel		Proporção em relação ao déficit (%)		Variação da proporção 2019-2016 (p.p.)	Ranking variação proporção
	2016	2019	2016	2019		
RO	15.694	16.212	20,6	26,9	6,3	4º
AC	5.274	6.673	22,2	28,7	6,4	3º
AM	48.785	37.782	30,0	22,4	-7,6	27º
RR	4.643	10.156	23,7	42,6	18,8	1º
PA	52.716	56.919	16,4	16,1	-0,3	19º
AP	6.168	6.296	20,7	15,0	-5,7	26º
TO	16.679	17.082	37,4	36,1	-1,2	22º
MA	41.514	38.038	11,3	11,5	0,3	17º
PI	13.451	12.572	12,0	10,9	-1,1	20º
CE	135.786	140.855	57,0	58,9	1,9	10º
RN	36.656	42.971	42,5	45,8	3,3	8º
PB	45.377	54.614	44,9	41,3	-3,6	25º
PE	150.827	148.800	62,2	60,3	-2,0	23º
AL	50.061	65.404	47,3	51,7	4,3	6º
SE	36.438	43.365	53,3	53,3	0,0	18º
BA	152.192	148.858	39,3	35,9	-3,4	24º
MG	242.418	299.285	56,6	60,3	3,7	7º
ES	55.177	58.993	68,2	70,8	2,6	9º
RJ	286.088	296.978	60,0	61,7	1,7	13º
SP	790.808	890.454	66,6	72,6	6,0	5º
PR	144.118	151.820	60,0	61,4	1,4	15º
SC	83.645	89.901	57,8	59,6	1,8	11º
RS	124.236	121.579	56,2	55,0	-1,2	21º
MS	39.972	38.689	52,0	53,8	1,8	12º
MT	50.093	45.351	43,5	44,8	1,3	16º
GO	119.387	127.805	59,4	61,0	1,6	14º
DF	66.187	68.286	67,7	76,3	8,5	2º

No âmbito estadual, Distrito Federal, São Paulo e Espírito Santo apresentam as maiores proporções de domicílios em situação de déficit por ônus excessivo de aluguel, em que mais de 70% do déficit se devem ao alto valor de aluguel pelas famílias com rendimento de até três salários mínimos (**Tabela 8**).

Esse componente é menos expressivo nas localidades em que há alta presença de domicílios precários. Isso é observado, sobretudo, no Maranhão e Piauí, os quais possuem, respectivamente, 11,5% e 10,9% do seu déficit caracterizado por ele.

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2021).



4 DOMICÍLIOS COM DÉFICIT HABITACIONAL EM 2022: Maranhão e municípios³

³Com base nos microdados do Cadastro Único

Déficit habitacional no Maranhão

Tabela 9 – Composição do déficit habitacional, por componente e subcomponente, no Maranhão

Componentes do déficit	Famílias em déficit - MA	Proporção de famílias em déficit % - MA
Precário	206.626	77,9
Improvisado	48.861	18,4
Rústico	157.765	59,5
Coabitação	10.834	4,1
Cômodo	10.834	4,1
Ônus excessivo	46.408	17,5
Adensamento	1.272	0,5
Total de Famílias em Déficit no Maranhão	265.140	100
Total de Famílias⁴ Habitantes no Maranhão	1.126.809	

Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022).

O déficit habitacional no Maranhão, segundo o CadÚnico, afetou 265.140 (23,5%) das 1.126.809 famílias⁴ cadastradas no estado (**Tabela 9**).

Observando a decomposição do déficit habitacional por seus componentes, as habitações precárias representam a maior parte das moradias das famílias em déficit (77,9%), com 206.626. A proporção significativa desse componente se deve, sobretudo, aos domicílios rústicos. Esse subcomponente, sozinho, representa a maior parte das famílias em déficit no estado (59,5%).

O componente que também possui considerável envolvimento para o quantitativo do déficit habitacional é o ônus excessivo com aluguel urbano (17,5%), havendo 46.408 famílias nessa situação habitacional. Vale destacar que os municípios da Ilha de São Luís (São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, além da capital) e Imperatriz representaram a maioria das famílias desse componente (23.832).

As famílias em situação de coabitação familiar no Maranhão totalizam 10.834, representando 4,1% do total do déficit. Esse componente tem a segunda proporção mais baixa na composição do estado.

O adensamento é o componente com menor proporção entre as famílias maranhenses (0,5%), havendo 1.272 em déficit nesse componente.

⁴ Como explicado na metodologia, considerou-se para a análise apenas as famílias dos indivíduos que passaram pelo critério de coerência (número de integrantes que compõem a família na base de dados foi igual ao informado pelo indivíduo em seu cadastro). Considerando esse critério, 2.857.688 inscritos (1.126.809 famílias) foram considerados coerentes dos 4.462.630 inscritos que compõem os microdados do CadÚnico.

Perfil socioeconômico das famílias em déficit habitacional, no Maranhão

Renda familiar *per capita*, por sexo e raça/cor, e faixas de renda

Tabela 10 — Renda familiar *per capita* por família, segundo o sexo e a cor/raça da pessoa de referência da unidade familiar, no Maranhão, 2022

Característica da pessoa de referência da família		Renda familiar <i>per capita</i> (R\$)	
		Famílias em déficit habitacional	Total de famílias
Sexo	Masculino	295,94	412,48
	Feminino	141,48	220,04
Cor ou raça	Branca	205,51	292,94
	Preta	197,75	276,48
	Amarela	228,00	317,68
	Parda	177,49	258,10
	Indígena	95,63	123,99
Total		180,21	262,45

Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022).

Nota: a soma das famílias por sexo e por raça/cor não igualam ao total (última linha da tabela) devido à existência de dados omissos para algumas famílias nessas variáveis.

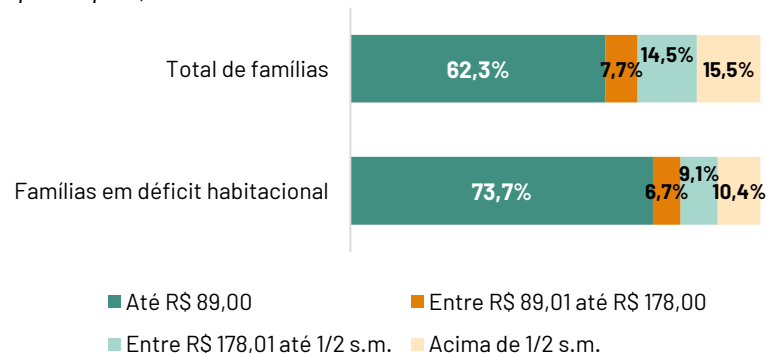
A maioria das famílias inscritas no CadÚnico recebe até R\$ 89,00. Quando são analisadas apenas famílias em déficit habitacional, essa participação aumenta para 73,7% (**Gráfico 3**).

Analisando os dados da renda das famílias inscritas no CadÚnico, constatou-se que a renda daquelas em déficit habitacional foi 31,3% inferior à renda média familiar *per capita* do total de famílias inscritas no estado (**Tabela 10**).

No que se refere aos dados por sexo, as famílias cujas pessoas de referência eram mulheres tinham uma renda *per capita* 46,7% inferior aos homens. Tratando-se apenas das famílias em déficit habitacional, a diferença aumenta para mais da metade: a renda *per capita* das famílias encabeçadas por mulheres era, em média, de R\$ 141,48, enquanto as famílias cuja pessoa de referência era do sexo masculino apresentou renda de R\$ 295,94.

Quanto à análise por cor/raça, a maior vulnerabilidade referente à renda foi verificada nas famílias, cuja pessoa de referência era indígena e parda, tanto nas que se encontravam em situação de déficit habitacional, como no geral.

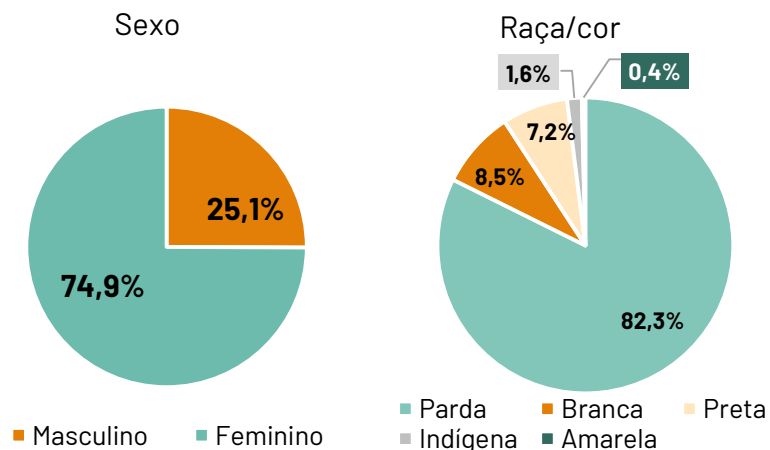
Gráfico 3 — Composição das famílias, por faixas de renda familiar *per capita*, no Maranhão



Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022).

Sexo e raça/cor

Gráfico 4 — Composição das famílias em déficit habitacional (%), segundo o sexo e a raça/cor da pessoa de referência, no Maranhão



Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022).

A análise a seguir, por sua vez, leva em conta o recorte do total de famílias segundo a característica da pessoa de referência (**Tabela 11**), em vez de considerar o total de famílias do estado, como no **Gráfico 4**.

A situação difere quanto à análise anterior por sexo, tendo em vista que a proporção do déficit habitacional é maior nas famílias lideradas por homens (26,7%) que nas encabeçadas por mulheres (22,6%) (**Tabela 11**).

Quanto à caracterização por raça ou cor, verificou-se que, em relação ao total de famílias encabeçadas por indígenas, 68,4% estavam em situação de déficit, proporção superior a qualquer outra raça/cor.

Em relação ao total de famílias em déficit habitacional, 74,9% têm as mulheres como referência de chefe de famílias. Esse resultado corrobora para evidenciar que as mulheres estão em maior vulnerabilidade habitacional em relação aos homens (**Gráfico 4**).

Quanto à composição racial, constatou-se que a maior parte das famílias em déficit habitacional é encabeçada por pessoas autodeclaradas pardas (82,3%).

Tabela 11 — Proporção das famílias em déficit habitacional em relação ao total de famílias (%), segundo o sexo e a raça/cor da pessoa de referência, no Maranhão

Característica da pessoa de referência da família		Quantidade		Famílias em déficit habitacional/Total de famílias (%)
		Famílias em déficit habitacional	Total de famílias	
Sexo	Masculino	66.351	248.042	26,7%
	Feminino	198.288	877.566	22,6%
Cor ou raça	Branca	22.381	115.762	19,3%
	Preta	19.055	74.438	25,6%
	Amarela	1.017	4.651	21,9%
	Parda	217.874	924.261	23,6%
	Indígena	4.269	6.237	68,4%
Total		265.140	1.126.809	23,5%

Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022).

Nota: a soma das famílias por sexo e por raça/cor não igualam ao total (última linha da tabela) devido à existência de dados omissos para algumas famílias nessas variáveis.

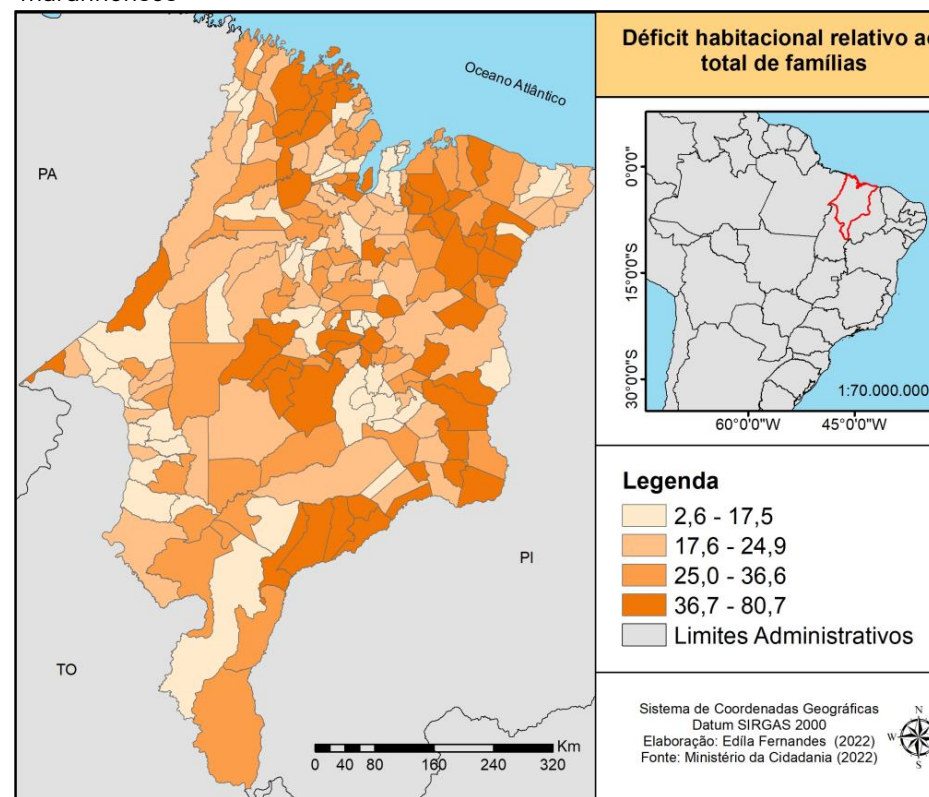
Proporção de famílias em déficit habitacional, nos municípios maranhenses

Tabela 12 – Proporção de famílias em déficit habitacional (%) e quantidade de famílias cadastradas, nos municípios maranhenses

Ranking	Município	Região de Desenvolvimento	Déficit por famílias %	Famílias cadastradas
1º	Sucupira do Riachão	Sertão Maranhense	80,7	1.151
2º	Benedito Leite	Sertão Maranhense	79,1	697
3º	São Benedito do Rio Preto	Baixo Parnaíba Maranhense	76,0	2.439
4º	São Domingos do Azeitão	Sertão Maranhense	73,6	1.108
5º	São Félix de Balsas	Gerais de Balsas	69,8	934
6º	Anapurus	Baixo Parnaíba Maranhense	68,1	1.919
7º	Serrano do Maranhão	Reentrâncias Maranhenses	66,5	1.620
8º	Brejo	Baixo Parnaíba Maranhense	65,4	6.548
9º	Buriti	Baixo Parnaíba Maranhense	63,0	6.568
10º	Nina Rodrigues	Médio Itapecuru	59,5	1.446
208º	Bernardo do Mearim	Médio Mearim	9,2	1.236
209º	Estreito	Tocantins Maranhense	9,0	6.553
210º	Trizidela do Vale	Médio Mearim	8,9	4.683
211º	Davinópolis	Tocantins Maranhense	8,7	3.150
212º	Tuntum	Guajajaras	7,8	8.128
213º	Bacabeira	Metropolitana de São Luís	7,8	2.800
214º	Maracaçumé	Gurupi Maranhense	6,8	2.729
215º	Lago dos Rodrigues	Médio Mearim	6,8	2.083
216º	São Pedro dos Crentes	Serras	5,4	1.034
217º	Sucupira do Norte	Alpercatas	2,6	2.039

Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022).

Mapa 1 – Proporção de famílias em déficit habitacional (%), nos municípios maranhenses



Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022).

A proporção do déficit habitacional mostrou uma notável amplitude nos municípios maranhenses, com uma atenção especial para o município de Sucupira do Riachão (80,7%) que liderou o *ranking* com 929 famílias, seguido por Benedito Leite (79,1%) e São Benedito do Rio Preto (76,0%). Em relação aos 10 municípios com maiores déficits, as Regiões de Desenvolvimento do Sertão Maranhense e do Baixo Parnaíba Maranhense foram as que mais se sobressaíram (**Tabela 12**).

Dentre os menores indicadores de déficit habitacional do estado, destacou-se Sucupira do Norte (2,6%), com 52 famílias em déficit de um total de 2.039, seguida por São Pedro dos Crentes (5,4%), Lago dos Rodrigues (6,8%), Maracaçumé (6,8%) e Bacabeira (7,8%).

De acordo com o **Mapa 1**, é possível observar que a maioria dos municípios de maior déficit se localizava nas partes norte, leste e central do estado do Maranhão.

Tabela 13 – Proporção de famílias em déficit habitacional, nos municípios maranhenses, por componente do déficit

Componente	5 maiores índices de cada componente			5 menores índices de cada componente		
	Município	Território	Famílias em déficit no município (%)	Município	Território	Famílias em déficit no município (%)
Precário	Sucupira do Riachão	Sertão Maranhense	80,36	Sucupira do Norte	Alpercatas	1,86
	Benedito Leite	Sertão Maranhense	79,05	São Luís	Metropolitana de São Luís	2,28
	São Benedito do Rio Preto	Baixo Parnaíba Maranhense	75,60	São Pedro dos Crentes	Serras	2,61
	São Domingos do Azeitão	Sertão Maranhense	72,47	Trizidela do Vale	Médio Mearim	3,16
	São Félix de Balsas	Gerais de Balsas	69,16	Imperatriz	Tocantins Maranhense	3,53
Coabitação	Raposa	Metropolitana de São Luís	4,80	Brejo	Baixo Parnaíba Maranhense	0,05
	Carutapera	Gurupi Maranhense	3,08	Fernando Falcão	Guajaras	0,05
	Mata Roma	Baixo Parnaíba Maranhense	2,76	Lago dos Rodrigues	Médio Mearim	0,05
	São Luís	Metropolitana de São Luís	2,69	Feira Nova do Maranhão	Gerais de Balsas	0,06
	Boa Vista do Gurupi	Gurupi Maranhense	2,61	Passagem Franca	Sertão Maranhense	0,07
Ônus excessivo	Miranda do Norte	Médio Itapecuru	14,05	Santa Helena	Baixada Maranhense	0,03
	Pedreiras	Médio Mearim	11,93	Brejo	Baixo Parnaíba Maranhense	0,03
	São Luís	Metropolitana de São Luís	10,70	São João Batista	Campos e Lagos	0,03
	São João dos Patos	Sertão Maranhense	10,58	Turilândia	Baixada Maranhense	0,03
	Campestre do Maranhão	Tocantins Maranhense	10,20	Olinda Nova do Maranhão	Campos e Lagos	0,06
Adensamento	Açailândia	Amazônia Maranhense	0,86	Santa Luzia	Pindaré	0,01
	Campestre do Maranhão	Tocantins Maranhense	0,65	Pinheiro	Baixada Maranhense	0,01
	Ribamar Fiquene	Tocantins Maranhense	0,41	Colinas	Alpercatas	0,01
	Imperatriz	Tocantins Maranhense	0,39	São Bento	Baixada Maranhense	0,02
	Porto Franco	Tocantins Maranhense	0,38	Raposa	Metropolitana de São Luís	0,02

Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022).

Nota: foram considerados para a elaboração da tabela apenas os municípios que apresentaram dados para cada componente: para o precário, todos os 217 municípios maranhenses apresentavam dados; enquanto para a coabitação, eram 214 municípios; para o ônus excessivo, 209; e, para adensamento, 126.

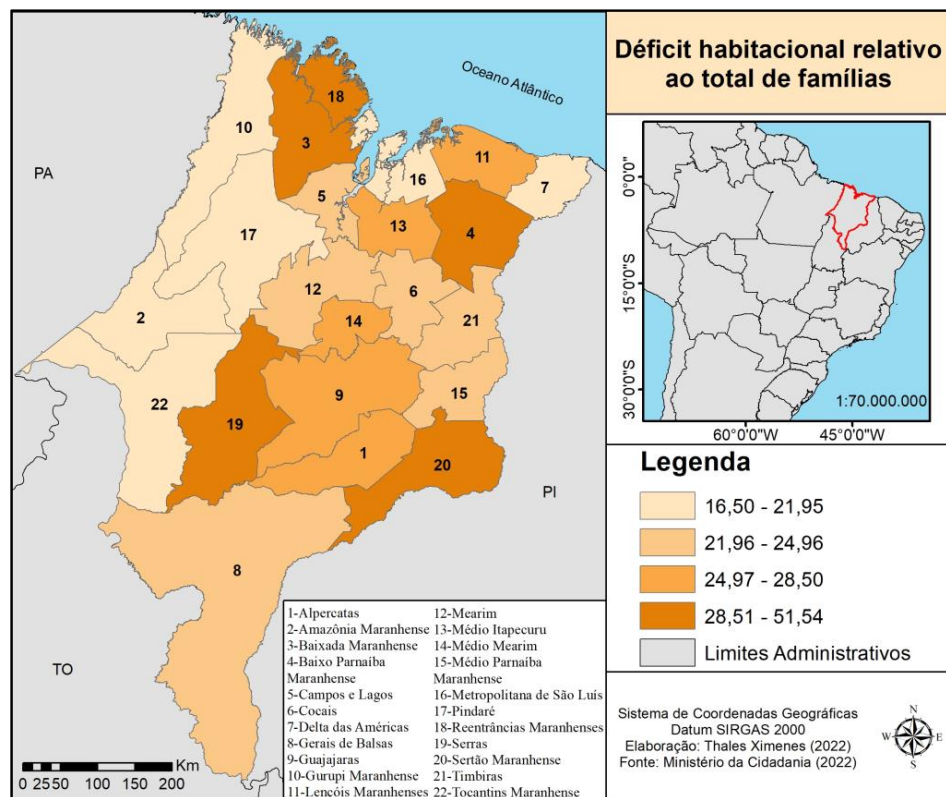
O componente precário, enquanto principal elemento na composição do déficit no Maranhão, apresentou a maior proporção de famílias em déficit, com atenção especial para Sucupira do Riachão, no qual 80,4% das famílias cadastradas estavam em situação de habitação precária. Três dos cinco municípios que se destacaram nas maiores proporções são da região do Sertão Maranhense (**Tabela 13**).

Quanto à coabitação familiar, o município de Raposa registrou a maior proporção, com 4,8% de suas famílias inscritas em déficit nesse componente. Os municípios com maior déficit em ônus excessivo de aluguel foram Miranda do Norte (14%), Pedreiras (11,9%), São Luís (10,7%), São João dos Patos (10,6%) e Campestre do Maranhão (10,2%). Esses foram os únicos municípios cujas famílias cadastradas em situação de déficit por ônus excessivo compunha mais de 10% do total de famílias inscritas.

O componente de adensamento, sendo o menos representativo na composição do déficit habitacional, apresentou 91 municípios zerados nessa situação. Por outro lado, Açailândia (0,9%), Campestre do Maranhão (0,7%), Ribamar Fiquene (0,4%), Imperatriz (0,4%) e Porto Franco (0,4%) apresentaram as maiores proporções, sendo Açailândia da região da Amazônia Maranhense e os municípios restantes, de Tocantins Maranhense, ambas as regiões localizadas no oeste do estado.

Proporção de famílias em déficit habitacional nas Regiões de Desenvolvimento

Mapa 2 – Proporção de famílias em déficit habitacional (%), nas Regiões de Desenvolvimento



Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022)

Tabela 14 – Total de famílias em déficit habitacional, total de famílias cadastradas e proporção de famílias em déficit habitacional (%), nas Regiões de Desenvolvimento

Município	Famílias em Déficit	Total de Famílias cadastradas	Famílias em déficit (%)
Baixo Parnaíba Maranhense	25.104	48.710	51,5
Sertão Maranhense	9.205	25.874	35,6
Reentrâncias Maranhenses	6.340	19.424	32,6
Serras	6.432	20.588	31,2
Baixada Maranhense	15.113	52.129	29
Lençóis Maranhenses	4.761	16.708	28,5
Médio Itapecuru	9.513	36.298	26,2
Guajaras	17.827	70.061	25,4
Médio Mearim	8.932	35.296	25,3
Alpercatas	3.486	13.869	25,1
Campos e Lagos	9.001	36.060	25
Timbiras	12.260	50.301	24,4
Mearim	15.934	65.746	24,2
Cocais	9.469	39.924	23,7
Gerais de Balsas	9.871	41.885	23,6
Médio Parnaíba Maranhense	11.449	48.705	23,5
Gurupi Maranhense	6.277	28.600	21,9
Amazônia Maranhense	7.538	34.832	21,6
Pindaré	14.822	70.366	21,1
Metropolitana de São Luís	41.814	250.301	16,7
Tocantins Maranhense	15.492	93.895	16,5
Delta das Américas	4.500	27.237	16,5

Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022)

A proporção de famílias em déficit habitacional foi maior no Baixo Parnaíba Maranhense, com mais da metade das famílias (51,5%) nessa situação. As regiões do Sertão Maranhense (35,6%), Reentrâncias Maranhenses (32,6%) e Serras (31,2%) também se destacaram em seguida (**Tabela 14**).

Por outro lado, as regiões que mostraram a menor proporção dentre as 22 Regiões de Desenvolvimento foram as seguintes: Tocantins Maranhense (16,5%), com 15.492 famílias em déficit habitacional de um total de 93.895; Delta das Américas (16,5%), sendo 4.500 famílias em déficit de um total de 27.237; e Metropolitana de São Luís (16,7%), com 41.814 famílias de um total de 250.301.

A partir do **Mapa 2**, observou-se que as Regiões de Desenvolvimento com menor déficit habitacional se localizaram, em sua maioria, na parte oeste do estado.

Tabela 15 — Proporção do déficit habitacional nas Regiões de Desenvolvimento, por componente e subcomponente do déficit

Regiões de Desenvolvimento	Déficit habitacional	Precário			Coabitação		Ônus excessivo	Adensamento
		Total	Improvisado	Rústico	Total	Cômodo		
Baixo Parnaíba Maranhense	51,5	50,1	2,0	48,1	0,4	0,4	1,0	0,0
Sertão Maranhense	35,6	31,5	11,6	19,9	0,3	0,3	3,8	0,0
Reentrâncias Maranhenses	32,6	31,7	4,2	27,4	0,5	0,5	0,5	0,0
Serras	31,2	27,6	6,6	21,0	0,8	0,8	2,8	0,1
Baixada Maranhense	29,0	27,5	9,2	18,3	0,5	0,5	1,0	0,0
Lençóis Maranhenses	28,5	25,9	2,6	23,3	1,5	1,5	1,1	0,0
Médio Itapecuru	26,2	23,1	3,6	19,5	0,4	0,4	2,7	0,1
Guajajaras	25,4	23,0	10,0	13,0	0,4	0,4	2,0	0,1
Médio Mearim	25,3	21,0	10,3	10,8	0,3	0,3	3,8	0,1
Alpercatas	25,1	23,3	0,3	23,0	0,3	0,3	1,5	0,0
Campos e Lagos	25,0	22,7	4,4	18,4	0,6	0,6	1,6	0,0
Timbiras	24,4	23,3	1,2	22,1	0,2	0,2	0,7	0,1
Mearim	24,2	20,5	7,6	12,9	0,5	0,5	3,1	0,1
Cocais	23,7	21,3	1,5	19,7	0,3	0,3	2,1	0,1
Gerais de Balsas	23,6	18,6	3,5	15,1	0,7	0,7	4,2	0,1
Médio Parnaíba Maranhense	23,5	18,1	1,2	17,0	0,7	0,7	4,5	0,1
Gurupi Maranhense	21,9	18,7	6,9	11,8	1,3	1,3	1,9	0,0
Amazônia Maranhense	21,6	14,4	4,8	9,6	0,6	0,6	6,1	0,5
Pindaré	21,1	17,3	3,7	13,6	0,5	0,5	3,2	0,1
Metropolitana de São Luís	16,7	6,1	2,5	3,6	2,4	2,4	8,1	0,1
Delta das Américas	16,5	13,3	1,9	11,4	1,0	1,0	2,2	0,0
Tocantins Maranhense	16,5	9,0	2,7	6,3	0,7	0,7	6,5	0,3

Fonte: Microdados do CadÚnico (junho de 2022)

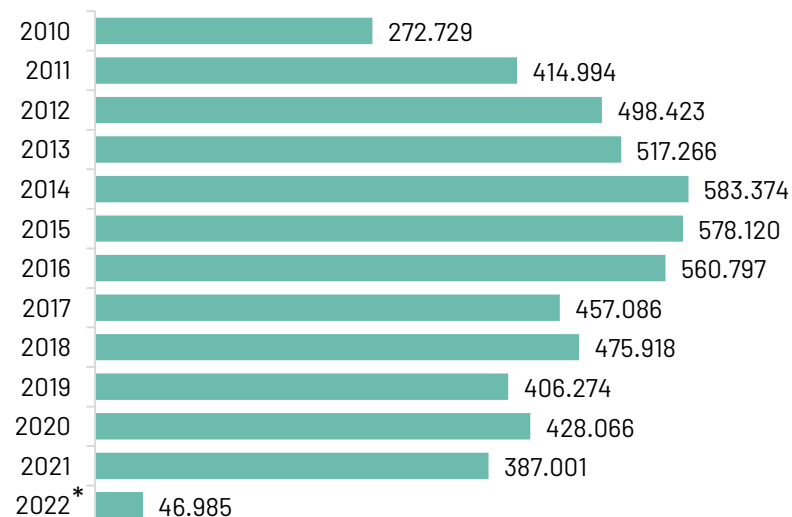
Na análise por componente nas regiões do estado, observou-se que o déficit habitacional caracterizado como precário foi maior principalmente em Baixo Parnaíba Maranhense (50,1%) e no Sertão Maranhense (31,5%). Para coabitação e ônus excessivo, a região Metropolitana de São Luís se sobressaiu com as maiores proporções 2,4% e 8,1%, respectivamente. Apesar desses resultados negativos, a Metropolitana de São Luís foi a região com menor déficit de habitações precárias. Já a Região da Amazônia Maranhense apresentou o maior déficit dentre as regiões no que se refere ao adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados (**Tabela 15**).



5 PROGRAMAS DE HABITAÇÃO

Programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela

Gráfico 5 — Evolução do número de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/ Casa Verde e Amarela, no Brasil, de 2010 a 2022*



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional.

*Dados até fev/2022.

Ao longo de todo o programa, a região Sudeste foi a maior contemplada no número de unidades habitacionais entregues, com o total de 2,2 milhões entre 2010 e 2022, o que representa 38,6% do total entregue em todo o país. O ápice do programa na região ocorreu em 2020 quando foram entregues 201,9 mil habitações, mesmo em um cenário de redução do Programa (**Gráfico 6**).

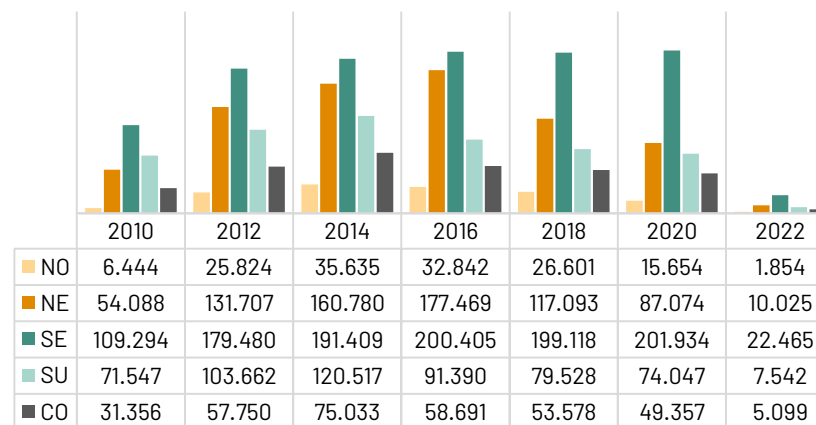
O Nordeste recebeu 1,4 milhão de habitações (25,7%) ao longo do programa, o segundo maior número do país e atingiu o maior número em 2016 (177,5 mil unidades). Essa quantidade foi reduzida pela metade em 2020 (87,1 mil).

Esses resultados são influenciados pelo quantitativo populacional, que explica em parte a maior quantidade de domicílios em situação de déficit nessas regiões. Em termos proporcionais, o Sudeste aparece na quarta posição em déficit habitacional do país, com 7,2% em 2019, atrás do Norte (12,9%), Nordeste (9,2%) e Centro-Oeste (8,4%), segundo a FJP.

Entre 2010 e 2014, o volume de entregas de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (atualmente Casa Verde e Amarela) foi crescente no Brasil, atingindo o recorde de entregas do programa nesse último ano, com 583,4 mil novas unidades habitacionais (**Gráfico 5**).

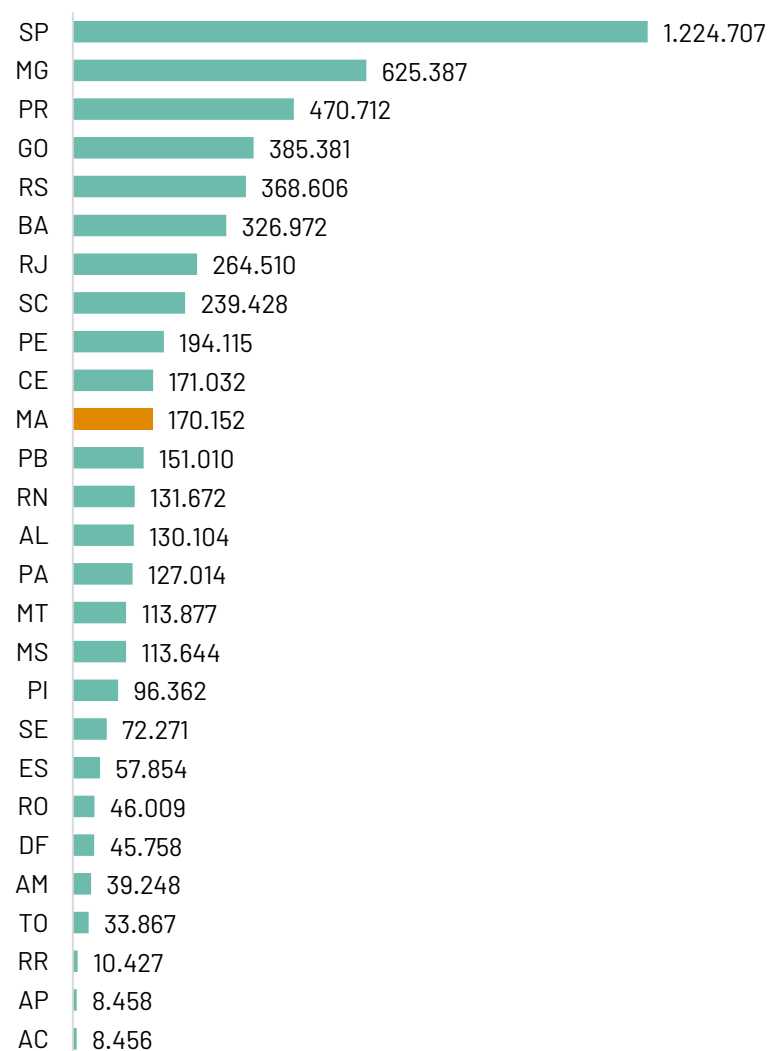
A partir de 2015, no entanto, houve uma redução gradual na quantidade de entregas e, em 2021, atingiu o menor volume anual de habitações entregues (387 mil) desde 2011. Até fevereiro de 2022, 47 mil novas habitações foram entregues.

Gráfico 6 — Evolução do número de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela, nas Grandes Regiões, de 2010 a 2022*



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional. *Dados até fev/2022.

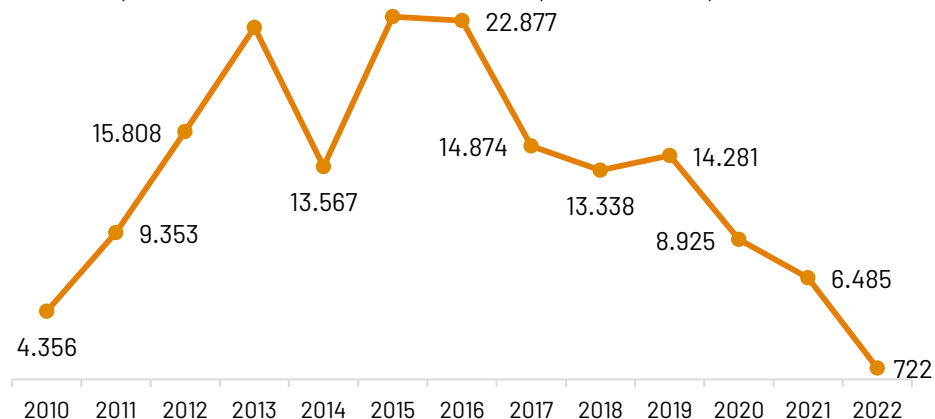
Gráfico 9 – Total de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela, nas UFs, de 2010 a 2022*



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional.

*Dados até fev/2022.

Gráfico 10 – Evolução do número de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela, no Maranhão, de 2010 a 2022*



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional.

*Dados até fev/2022.

Sendo o estado com o maior número de domicílios com déficit habitacional do país, São Paulo contempla 21,8% (1,2 milhão) do total de habitações entregues pelos PMCMV e PCVA, seguido por Minas Gerais (625,4 mil) e Paraná (470,7 mil). Os estados com menores quantidades foram: Acre e Amapá, com 8,5 mil; Roraima (10,4 mil) e Tocantins (33,9 mil) (**Gráfico 9**).

O Maranhão aparece na 11ª posição com cerca de 170,2 mil entregas entre 2010 e 2022. Em 2015, foram concedidas 23.121 novas habitações às famílias maranhenses, recorde do programa no estado (**Gráfico 10**). A partir de 2017, houve uma brusca redução das entregas no estado, passando para apenas 6.485 em 2021, menor volume anual do programa. Até fevereiro de 2022, foram entregues 722 novas habitações.

Tabela 16 – Dez municípios com maior número de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida/Casa Verde e Amarela), de 2010 a fev/2022

Ranking	Município	Região de Desenvolvimento	Total de entregas
1º	São José de Ribamar	Metropolitana De São Luís	31.032
2º	São Luís	Metropolitana De São Luís	28.892
3º	Paço do Lumiar	Metropolitana De São Luís	12.964
4º	Timon	Médio Parnaíba Maranhense	10.937
5º	Imperatriz	Tocantins Maranhense	9.044
6º	Caxias	Timbiras	6.405
7º	Codó	Cocais	5.236
8º	Balsas	Gerais De Balsas	4.179
9º	Bacabal	Mearim	3.864
10º	Itapecuru Mirim	Médio Itapecuru	3.392

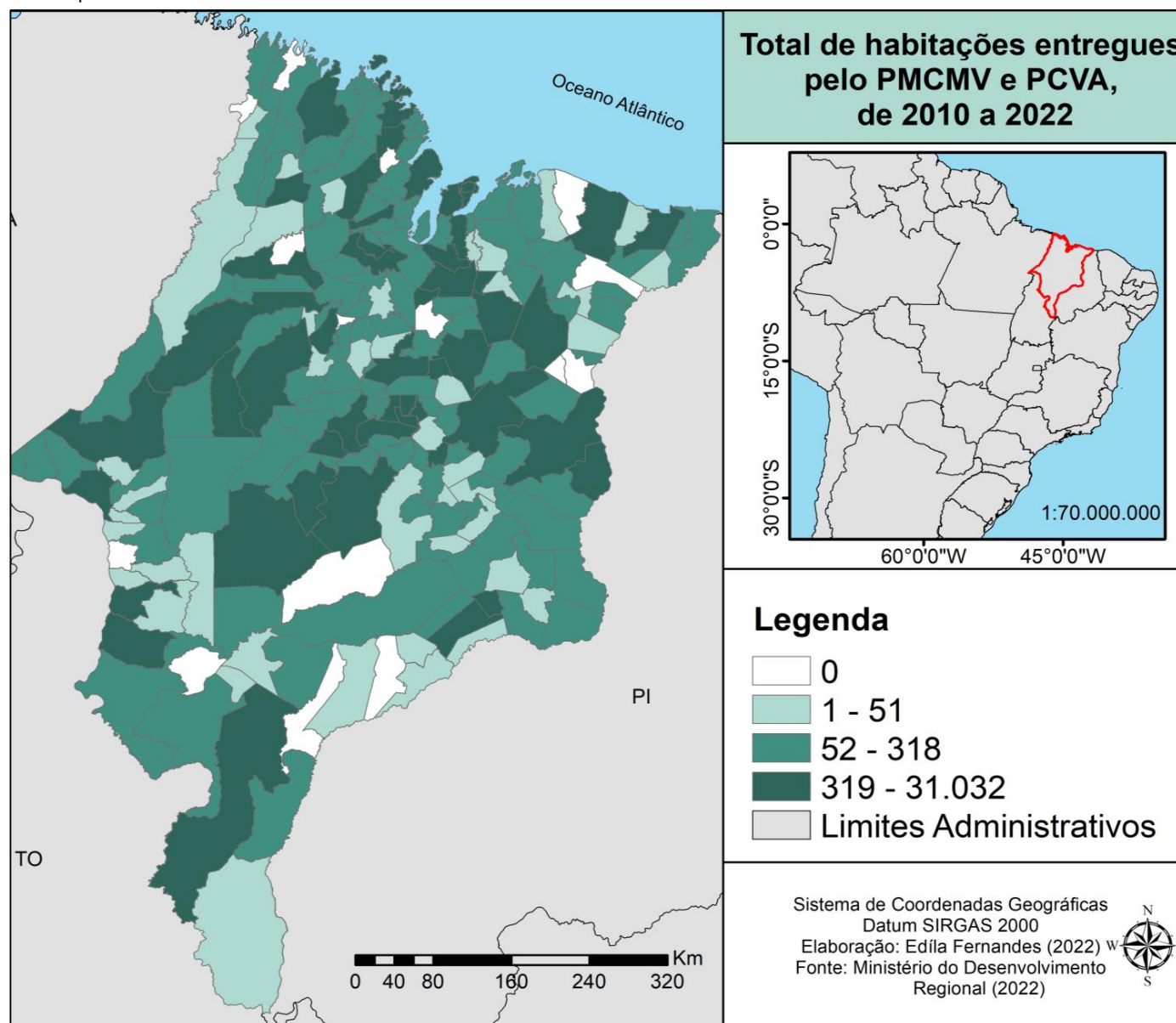
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional (2022).

Nota: 17 municípios não receberam nenhuma entrega, não sendo considerados para a elaboração da tabela, sendo eles: Afonso Cunha, Araguañã, Bela Vista do Maranhão, Boa Vista do Gurupi, Cajari, Central do Maranhão, Coelho Neto, Feira Nova do Maranhão, Fernando Falcão, Godofredo Viana, Matões do Norte, Ribamar Fiquene, Sambaíba, Santa Quitéria do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São Félix de Balsas e São João do Carú.

No Maranhão, os municípios com maior número de unidades habitacionais entregues foram São José de Ribamar (31.032), São Luís (28.892) e Paço do Lumiar (12.964) (**Tabela 16**).

Nota-se, no **Mapa 3**, que o número de entregas no Maranhão ficou concentrado em poucos municípios da Região Metropolitana de São Luís, a qual recebeu 77.119 unidades, no acumulado de 2010 a 2022. Por outro lado, 17 municípios não foram contemplados pelo programa. É o caso, por exemplo, de Araguañã, Coelho Neto, Fernando Falcão e São Félix de Balsas.

Mapa 3 – Total de habitações entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida (Casa Verde e Amarela), nos municípios maranhenses, de 2010 a fev/2022



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional (2022).

Programa Minha Casa, Meu Maranhão

Tabela 17 – Ranking das entregas do programa Minha Casa, Meu Maranhão, entre 2016 e 2022*

Ranking	Município	Região de Desenvolvimento	Total	Concluídas	Em execução
TOTAL	Maranhão	-	2.267	2.113	154
1º	São Raimundo do Doca Bezerra	Médio Mearim	118	118	
2º	Brejo de Areia	Mearim	117	117	
3º	São João do Carú	Pindaré	115	115	
4º	Cajari	Campos e Lagos	108	108	
5º	Milagres do Maranhão	Baixo Parnaíba Maranhense	108	95	13
6º	São Roberto	Médio Mearim	107	107	
7º	Aldeias Altas	Timbiras	102	102	
8º	Afonso Cunha	Baixo Parnaíba Maranhense	100		100
9º	Água Doce do Maranhão	Delta das Américas	100	100	
10º	Amapá do Maranhão	Gurupi Maranhense	100	100	
11º	Araioses	Delta das Américas	100	100	
12º	Conceição do Lago-Açu	Mearim	100	100	
13º	Lagoa Grande do Maranhão	Mearim	100	100	
14º	Marajá do Sena	Mearim	100	100	
15º	Pedro do Rosário	Baixada Maranhense	100	59	41
16º	Santa Filomena do Maranhão	Guajajaras	100	100	
17º	Santana do Maranhão	Delta das Américas	100	100	
18º	São João do Soter	Timbiras	100	100	
19º	Satubinha	Mearim	100	100	
20º	Serrano do Maranhão	Reentrâncias Maranhenses	100	100	
21º	Belágua	Baixo Parnaíba Maranhense	96	96	
22º	Governador Newton Bello	Pindaré	96	96	

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) e Secretaria de Estado de Governo (SEGOV). *Dados até abril/22.

Nota: oito municípios não receberam nenhuma entrega, não sendo considerados para a elaboração da tabela, sendo eles: Arame, Centro Novo do Maranhão, Fernando Falcão, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e São Francisco do Maranhão.

O programa Minha Casa, Meu Maranhão foi lançado em 2016 pelo Governo do Estado do Maranhão com o objetivo de reduzir o déficit habitacional rural nos 30 municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano do estado, os quais integram o Plano Mais IDH.

Entre 2016 e 2022, foram atendidos 22 dos 30 municípios integrantes do Plano Mais IDH com 2.267 unidades habitacionais entre concluídas e em execução. Como pode ser observado na **Tabela 17**, São Raimundo do Doca Bezerra (118), Brejo de Areia (117) e São João do Carú (115) foram os mais assistidos pelo programa. Entretanto, os números não foram muito acima da média dos demais municípios.

Onze cidades foram beneficiadas igualmente com a entrega de 100 unidades habitacionais. É o caso, por exemplo, de Água Doce do Maranhão, Serrano do Maranhão e Marajá do Sena. Sobre este último, convém ressaltar que era o município com a 3ª maior proporção do déficit habitacional no estado (68,2%), de acordo com os dados da FJP de 2010. Já em 2022, segundo estimativa realizada por meio dos dados do CadÚnico, observou-se que esse município apresentou o 31º maior déficit (43,6%). Apesar de não ser possível comparar os resultados da FJP com os dados do CadÚnico devido às diferenças metodológicas, observou-se uma melhoria em Marajá do Sena relativamente aos outros.

Além desses municípios, Afonso Cunha (100), Pedro do Rosário (41) e Milagres do Maranhão (13) também serão beneficiados com as moradias que ainda estão em fase de execução.

Déficit habitacional e unidades habitacionais entregues no Maranhão

Tabela 18 – Déficit habitacional, total de entregas das unidades habitacionais (PMCMV/PCVA e PMCM) e suas participações no total do estado, nas Regiões de Desenvolvimento

Regiões de Desenvolvimento	Domicílios em déficit habitacional em 2010			Total de entregas PMCMV/PCVA e PMCM (2010 – 2022)	
	Absoluto	Relativo	Part. (%)	Total	Part. (%)
Maranhão	451.715	27,30%	100,00%	172.265	100,00%
Metropolitana de São Luís	77.704	19,60%	17,20%	77.119	44,80%
Tocantins Maranhense	29.560	21,80%	6,50%	11.952	6,90%
Médio Parnaíba Maranhense	17.762	28,40%	3,90%	11.230	6,50%
Mearim	27.809	29,50%	6,20%	7.635	4,40%
Cocais	20.549	35,70%	4,50%	7.203	4,20%
Timbiras	21.702	34,10%	4,80%	7.028	4,10%
Médio Itapecuru	19.426	35,40%	4,30%	6.309	3,70%
Médio Mearim	15.141	27,20%	3,40%	5.420	3,10%
Amazônia Maranhense	15.357	26,50%	3,40%	5.209	3,00%
Guajaras	21.945	24,50%	4,90%	4.865	2,80%
Gerais de Balsas	11.851	22,30%	2,60%	4.566	2,70%
Pindaré	34.268	31,90%	7,60%	4.549	2,60%
Baixo Parnaíba Maranhense	23.220	39,80%	5,10%	3.277	1,90%
Baixada Maranhense	26.518	35,00%	5,90%	3.241	1,90%
Campos e Lagos	22.021	36,30%	4,90%	2.858	1,70%
Serras	12.559	36,70%	2,80%	2.533	1,50%
Reentrâncias Maranhenses	11.357	35,70%	2,50%	1.929	1,10%
Sertão Maranhense	6.263	17,30%	1,40%	1.397	0,80%
Gurupi Maranhense	13.357	30,00%	3,00%	1.377	0,80%
Delta das Américas	7.838	21,10%	1,70%	1.084	0,60%
Lençóis Maranhenses	8.092	30,80%	1,80%	997	0,60%
Alpercatas	7.416	37,80%	1,60%	487	0,30%

Fonte: MDR; Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) e Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).

Nota: consideraram-se tanto o PMCMV/PCVA quanto o PMCM para o total de entregas (2010-2022).

Entre 2010 e 2022, os programas Minha Casa, Minha Vida e Minha Casa, Meu Maranhão entregaram 172.265 habitações no estado do Maranhão. Desse total, vale notar que 77.119 foram entregues apenas na região Metropolitana de São Luís (44,8%), que possui o segundo menor déficit habitacional do estado (19,6%)(**Tabela 18**).

O segundo maior volume de entregas ocorreu na região do Tocantins Maranhense (11.952), que apresenta o quarto menor déficit (21,8%), dentre as regiões maranhenses.

Baixo Parnaíba Maranhense, com o maior déficit do estado em 2010, foi a 13ª maior contemplada pelos programas, com 3.277 entregas. Esse número é 7 vezes menor do que o total absoluto de habitações em déficit apresentado pela região em 2010. Com efeito, essa região permaneceu com a maior proporção em déficit habitacional dentre as regiões em 2022, conforme apresentado na **Tabela 15** da seção anterior.

Com o segundo maior déficit habitacional do estado, a região das Alpercatas foi a menos assistida pelos dois programas, com apenas 487 entregas.

Outros programas habitacionais no Maranhão



PROGRAMAS HABITACIONAIS

Programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo do Estado do Maranhão, entre 2016 e 2022



HABITAR NO CENTRO

O programa **Habitar no Centro**, integrante do programa Nosso Centro, foi criado pelo Governo do Estado do Maranhão para destinar uso habitacional aos casarões do Centro Histórico de São Luís que estão em áreas de preservação.

A ação do programa consistiu na entrega 14 apartamentos habitacionais localizados no reformado Ed. Governador Archer, em 2020.

O programa continua ativo e já beneficiou mais de 300 famílias.



CHEQUE MINHA CASA

O programa **Cheque Minha Casa**, criado em 2017, tem como finalidade a adequação das instalações sanitárias de imóveis onde residem idosos e pessoas com deficiência de famílias de baixa renda. Até 2021, o programa havia beneficiado cerca de 13 mil famílias.



MINHA CASA MELHOR

O **Cartão Minha Casa Melhor**, no âmbito do Cheque Minha Casa, consiste na distribuição de cartões no valor de R\$600,00 para famílias de baixa renda. O cartão é utilizado exclusivamente para a compra de eletrodomésticos e bens móveis em estabelecimentos comerciais credenciados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

O programa continua ativo e já beneficiou mais de 55 mil pessoas.

Fonte: Elaboração IMESC, a partir de dados da Secretaria do Estado de Planejamento e Orçamento (2022)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O déficit habitacional corresponde não somente à ausência do bem físico, habitação, mas também aos aspectos quanto sua precariedade, coabitação familiar e gasto excessivo com aluguel que compromete parte dos salários dos moradores. No Brasil, o déficit habitacional apresentou redução entre 2016 e 2019, chegando a 8% e alcançando 5,9 milhões de domicílios. Desse total, 85,8% estavam localizados nas áreas urbanas.

As regiões Sudeste e Nordeste concentraram juntas 69,2% do total do déficit do país, porém é o Norte que possuiu as maiores proporções em relação aos seus domicílios, 12,9% em 2019. Apesar dos altos níveis, as regiões do país apresentaram melhora nesse indicador, com destaque para Centro-Oeste (-0,8 p.p.) e com exceção do Sudeste que se manteve estável durante os anos.

No contexto estadual, São Paulo acumulou 53,6% do déficit habitacional do Sudeste, colocando-se como o estado com o maior número de domicílios deficitários do país, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em termos absolutos, o Maranhão foi o estado que mais reduziu o déficit habitacional entre 2016 e 2019 (-38,4 mil domicílios). Em termos proporcionais, o Maranhão também se destacou ao apresentar a segunda maior redução, saindo de 17,9% em 2016 para 15,2% em 2019, atrás apenas de Rondônia (-3,5 p.p.).

Em relação aos componentes, o ônus excessivo com aluguel correspondeu a mais da metade do déficit habitacional nacional (51,7%), principalmente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Os domicílios precários apresentaram a segunda maior representatividade e foi mais expressivo nas localidades em que houve menor presença de domicílios com ônus excessivo com aluguel, como no Norte e Nordeste. A coabitação familiar foi o terceiro maior componente do déficit, sendo mais representativo no Sudeste, com destaque para São Paulo, e em termos proporcionais se concentrou também nas regiões Norte e Nordeste, como em Amapá (45,2%) e Ceará (29%).

Em 2022, de acordo com dados do CadÚnico, no Maranhão 23,5% das famílias inscritas residiam em domicílios deficitários com destaque para as habitações precárias.

Ainda com base nos dados do CadÚnico, a maioria das famílias maranhenses em déficit habitacional era chefiada por mulheres (74,9%). Isso se deve principalmente ao fato de a maior parte das famílias inscritas no CadÚnico também terem como pessoa de referência a mulher.

Observa-se também que a renda média *per capita* das famílias em déficit habitacional foi 31,3% inferior à renda média do total de famílias inscritas no estado, que é de R\$ 262,45. Além disso, 73,7% dessas famílias cadastradas têm renda até R\$ 89,00. A diferença também é discrepante quando se trata do chefe da família: nas chefiadas por mulheres a renda média *per capita* chegou a R\$ 141,48, enquanto as chefiadas por homens receberam R\$ 295,94.

As famílias em domicílios deficitários apresentavam grande variação nos municípios maranhenses, com níveis de 2,6% em Sucupira do Norte a 80,7% em Sucupira do Riachão, colocando-se como o município de maior número de famílias com déficit habitacional do estado. Neste, os domicílios precários equivaliam a 80,4% do total do déficit por famílias.

Para mitigar o problema do déficit no país e atender à crescente demanda habitacional, o Governo Federal lançou em 2009 o programa Minha Casa, Minha Vida (Minha Casa Verde e Amarela), que entregou 5,6 milhões de unidades habitacionais entre 2010 e 2022. No Sudeste estão concentrados 38,6% de todas entregas do programa, seguido pelo Nordeste (25,7%). Na esfera estadual, São Paulo acumulou 21,8% das entregas, maior quantitativo entre as UFs, seguido por Minas Gerais e Paraná.

No Maranhão, o programa Minha Casa, Meu Maranhão foi desenvolvido pelo Governo do Estado com o mesmo objetivo de enfrentar o déficit habitacional rural por meio da doação de casas para população de 22 dentre os 30 municípios do Plano Mais IDH. Ao todo, foram entregues 2.113 habitações pelo programa de 2016 a abril de 2022. De forma complementar, o Governo do Estado também lançou ações que contribuíram para melhorar as condições de moradia de milhares de maranhenses, como os Programas Habitar no Centro, Cartão Minha Casa Melhor e Cheque Minha Casa.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. 2000. **Emenda Constitucional Nº 26, DE 2000**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2000/emendaconstitucional-26-14-fevereiro-2000-374043-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 out. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Centro de Estatística e Informações - Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=73954&codUsuario=0#:~:text=0%20d%C3%A9ficit%20habitacional%20%C3%A9%20calculado,com%20aluguel%20urbano%20e%20adensamento>. Acesso em: 13 set. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte, 2021. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Metodologia-do-Deficit-Habitacional-e-da-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-v-1.0_compressed.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES - IJSN. **Déficit Habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico**. Vitória, ES, 2015. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20150521-ij01377_texto_discussao53.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES - IJSN. **Déficit Habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico**. Vitória, ES, 2019. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6768>. Acesso em: 13 set. 2022.

MARANHÃO 2022. **Mais 867 cartões do programa Minha Casa Melhor são entregues em São Luís**. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/mais-867-cartoes-do-programa-minha-casa-melhor-sao-entregues-em-sao-luis#:~:text=6%2F03%2F2022-,Mais%20867%20moradores%20de%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs%20foram%20beneficiados%20com%20a,de%20cozinha%20nos%20estabelecimentos%20parceiros>. Acesso em: 11 out. 2022.

NASCIMENTO, D. M.; BRAGA, R. C. de Q. **Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?** Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44765/48395>. Acesso em: 11 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN. **Mensagem a Assembleia - fevereiro 2022**. Disponível em: https://www.seplan.ma.gov.br/uploads/seplan/docs/Mensagem_do_Governador_Flavio_Dino_a_Assembleia_2022.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

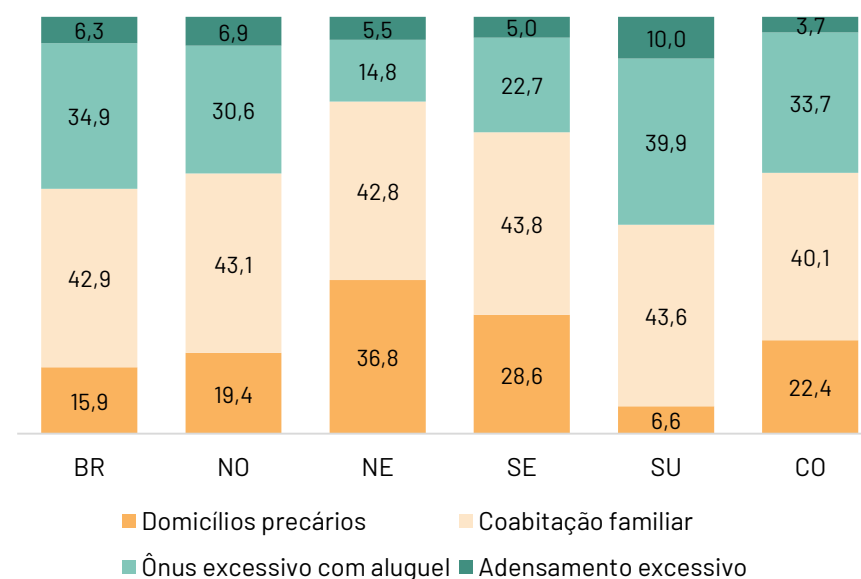
APÊNDICE A – DÉFICIT HABITACIONAL EM 2010⁵

Tabela 19 – Domicílios com déficit habitacional: quantidade, distribuição e proporção do déficit em relação ao total de domicílios particulares permanentes (dpp), no Brasil e Grandes Regiões, em 2010

Território	Quantidade de domicílios com déficit habitacional			Distribuição Déficit Habitacional (%)	Proporção do déficit em relação ao total de dpp (%)
	Total	Urbano	Rural		
NO	823.442	585.725	237.717	11,9	12,1
NE	2.111.517	1.532.184	579.333	30,4	20,7
SE	2.674.428	2.576.502	97.925	38,5	14,1
SU	770.749	685.111	85.639	11,1	10,6
CO	560.555	506.006	54.549	8,1	8,7
BR	6.940.691	5.885.528	1.055.163	100,0	12,9

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Gráfico 7 – Proporção do déficit habitacional por componente, no Brasil e Grandes Regiões, em 2010 (%)



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

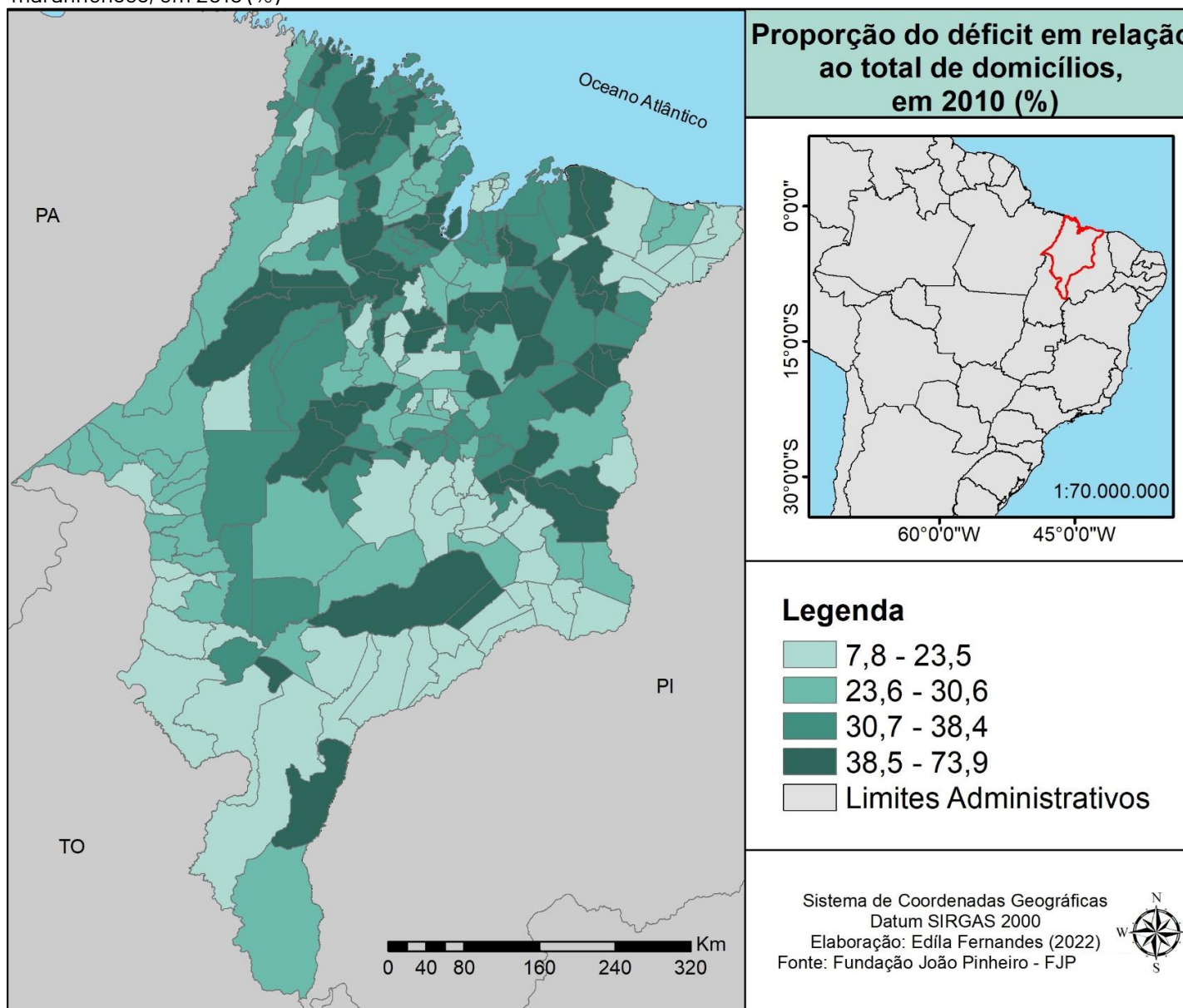
⁵ Fundação João Pinheiro (2013) a partir de informações extraídas do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Tabela 20 – Domicílios com déficit habitacional, proporção do déficit em relação ao total de domicílios particulares permanentes (dpp) e déficit por componente, nas UF's, em 2010

Território	Domicílios com déficit			Proporção do déficit (%)	Déficit por componente			
	Urbano	Rural	Total		Domicílios precários	Coabitação familiar	Ônus excessivo	Adensamento excessivo
RO	50.249	8.510	58.759	12,9	29,9	38,1	25,8	6,3
AC	23.934	10.120	34.054	17,9	43,8	37,4	14,1	4,8
AM	153.120	40.790	193.910	24,3	26,3	50,7	16,0	6,9
RR	15.828	9.409	25.237	21,8	45,9	31,1	16,3	6,7
PA	263.474	147.325	410.799	22,1	42,6	41,1	11,5	4,8
AP	32.019	3.400	35.419	22,7	21,6	57,6	14,5	6,3
TO	47.101	18.164	65.264	16,4	38,7	34,0	22,1	5,1
MA	226.847	224.868	451.715	27,3	61,4	29,4	7,1	2,2
PI	78.098	50.940	129.038	15,2	48,4	39,5	9,3	2,8
CE	221.099	55.186	276.284	11,7	16,7	45,5	28,8	9,1
RN	93.483	18.055	111.538	12,4	9,8	53,2	30,5	6,6
PB	101.214	19.527	120.741	11,2	12,9	49,7	31,5	6,0
PE	264.026	38.350	302.377	11,9	12,0	48,7	32,8	6,5
AL	100.434	23.628	124.063	14,7	17,1	47,4	29,0	6,4
SE	58.112	16.275	74.387	12,6	15,9	46,0	32,6	5,5
BA	388.870	132.503	521.374	12,7	23,3	48,9	23,9	3,9
MG	507.756	49.615	557.371	9,2	7,4	48,7	38,8	5,1
ES	97.696	8.751	106.447	9,7	10,4	40,9	42,8	5,9
RJ	506.756	8.311	515.067	9,8	4,7	39,6	45,8	9,9
SP	1.464.295	31.248	1.495.542	11,7	6,6	43,2	38,1	12,1
PR	253.589	33.877	287.466	8,7	23,2	37,8	34,3	4,8
SC	160.760	19.003	179.763	9,0	17,5	42,5	36,5	3,5
RS	270.762	32.758	303.521	8,4	24,6	40,9	31,6	2,9
MS	71.373	14.636	86.009	11,3	26,2	37,4	30,3	6,2
MT	97.865	21.024	118.889	13,0	26,3	40,4	27,2	6,2
GO	213.200	16.288	229.488	12,2	11,0	45,1	37,9	6,0
DF	123.568	2.601	126.169	16,3	7,9	45,0	40,2	7,0

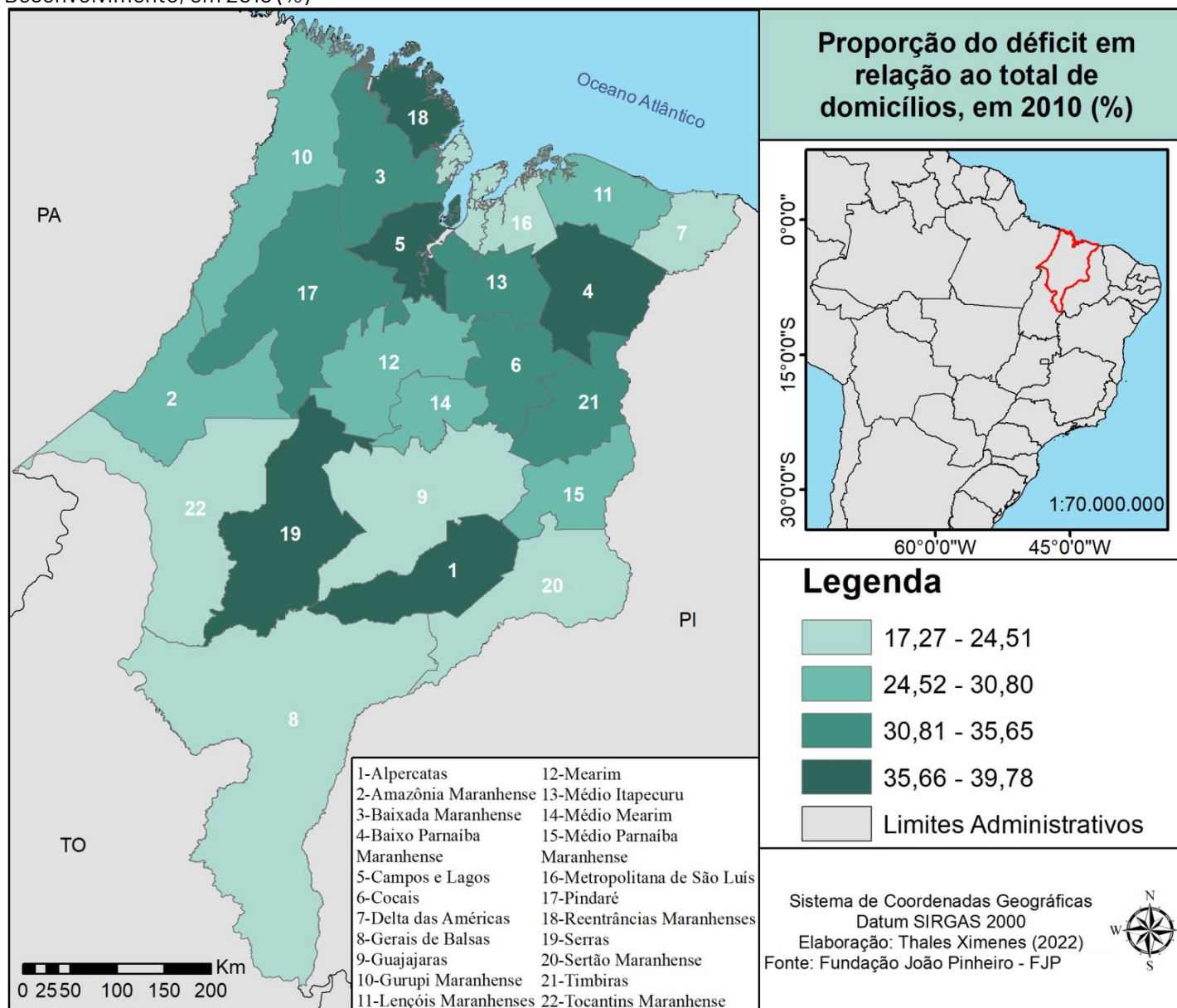
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 4 – Proporção do déficit habitacional em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%)



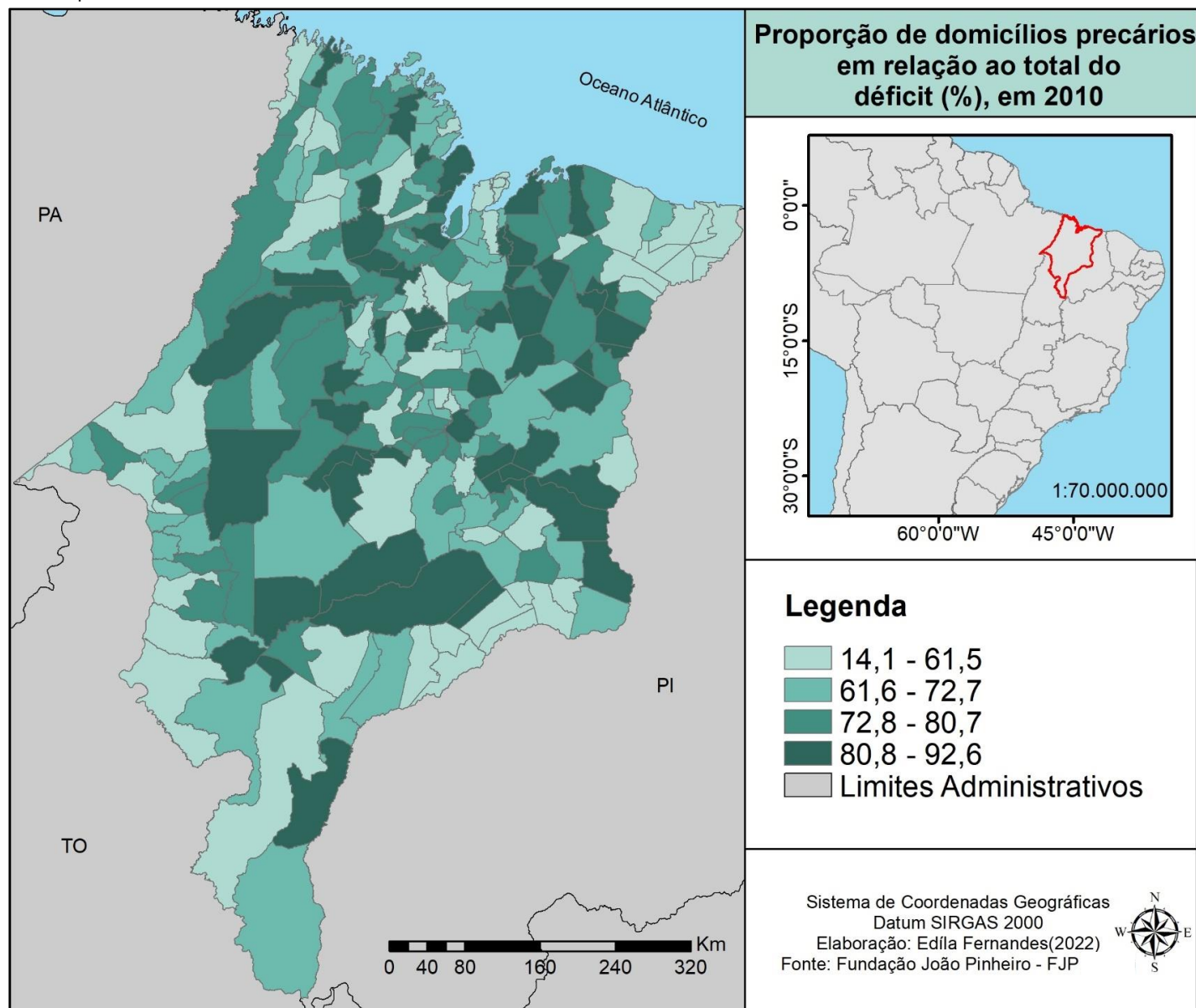
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 5 — Proporção do déficit habitacional em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%)



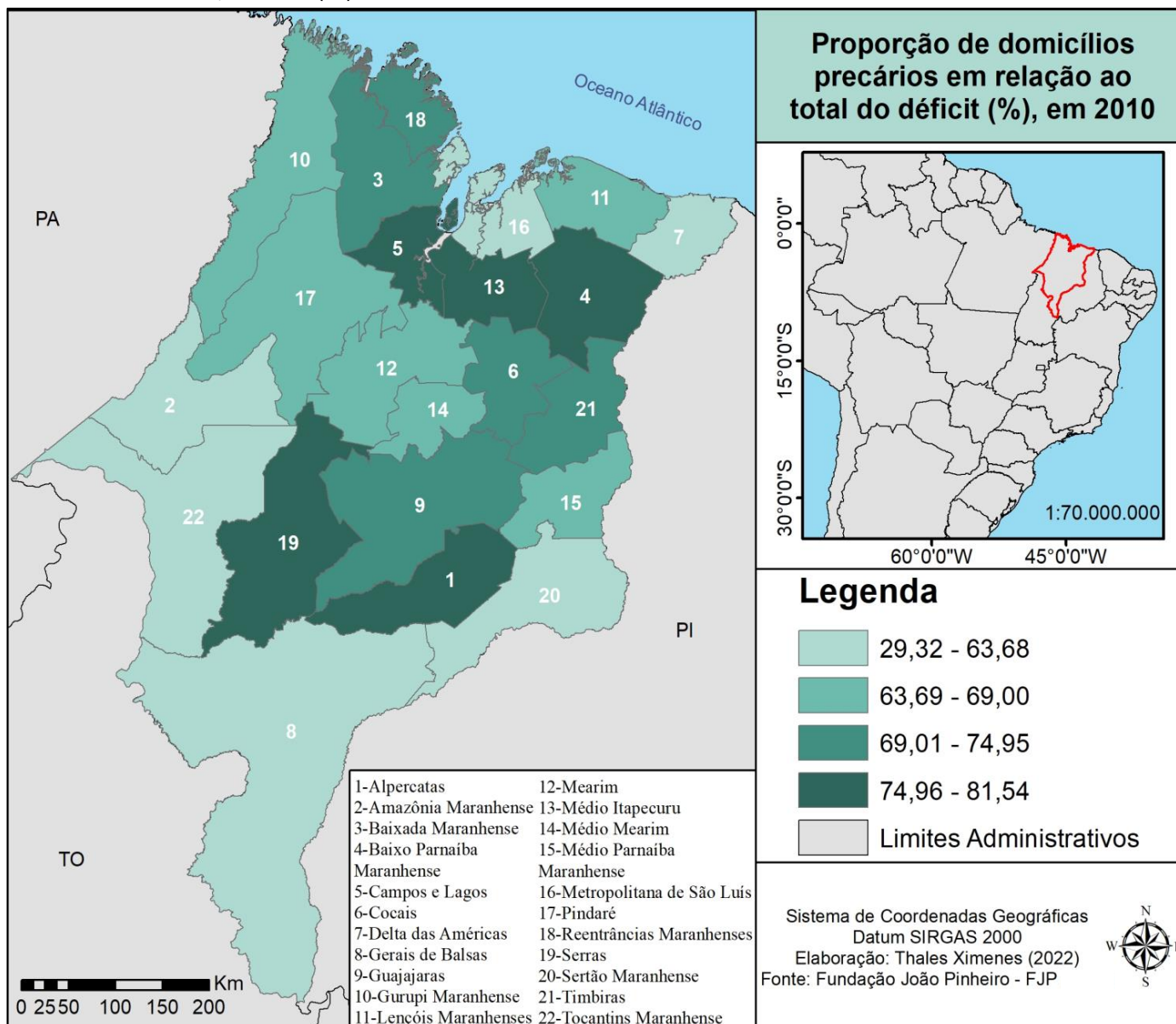
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 6 – Proporção dos domicílios precários em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%)



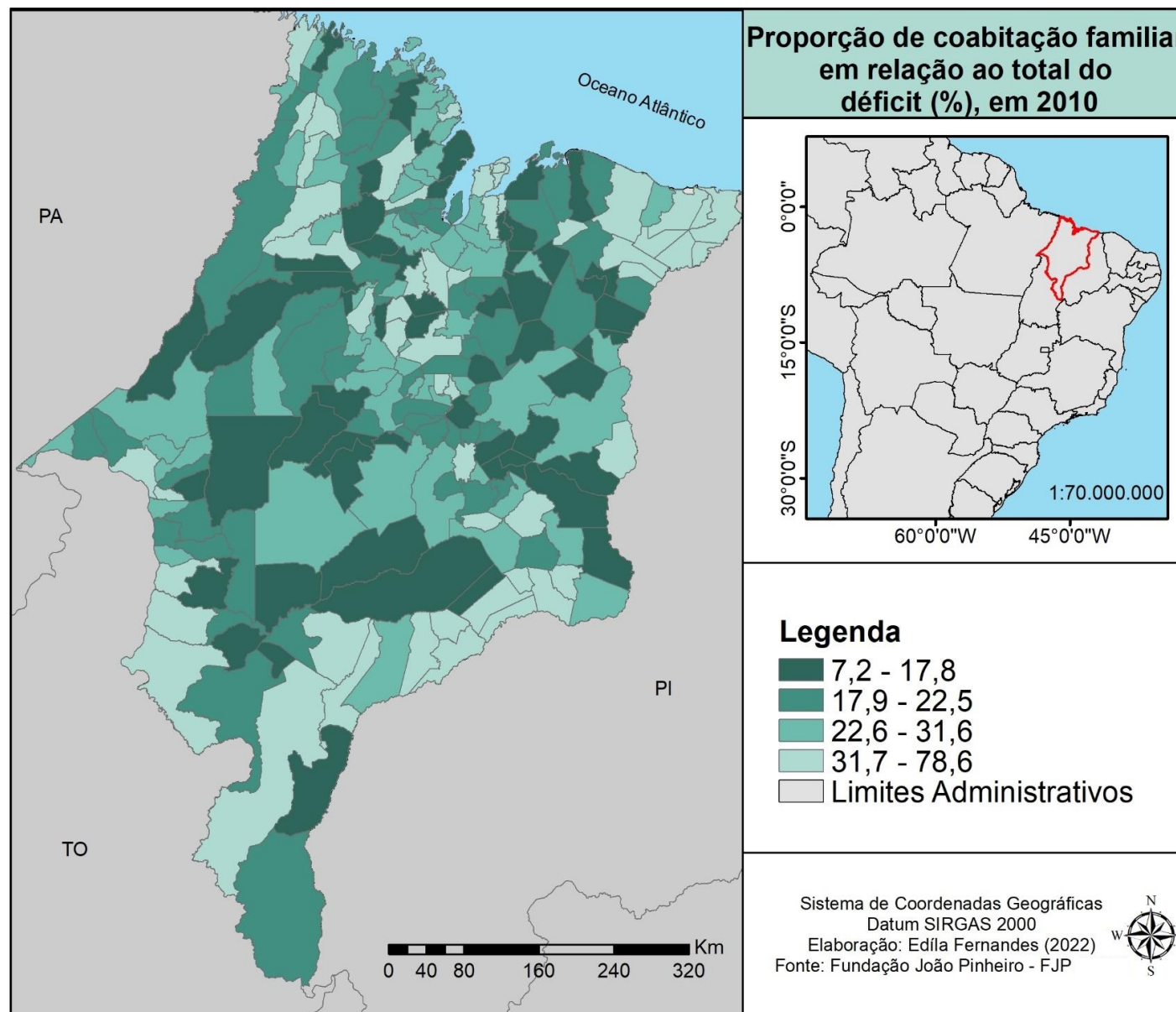
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 7 – Proporção de domicílios precários em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%)



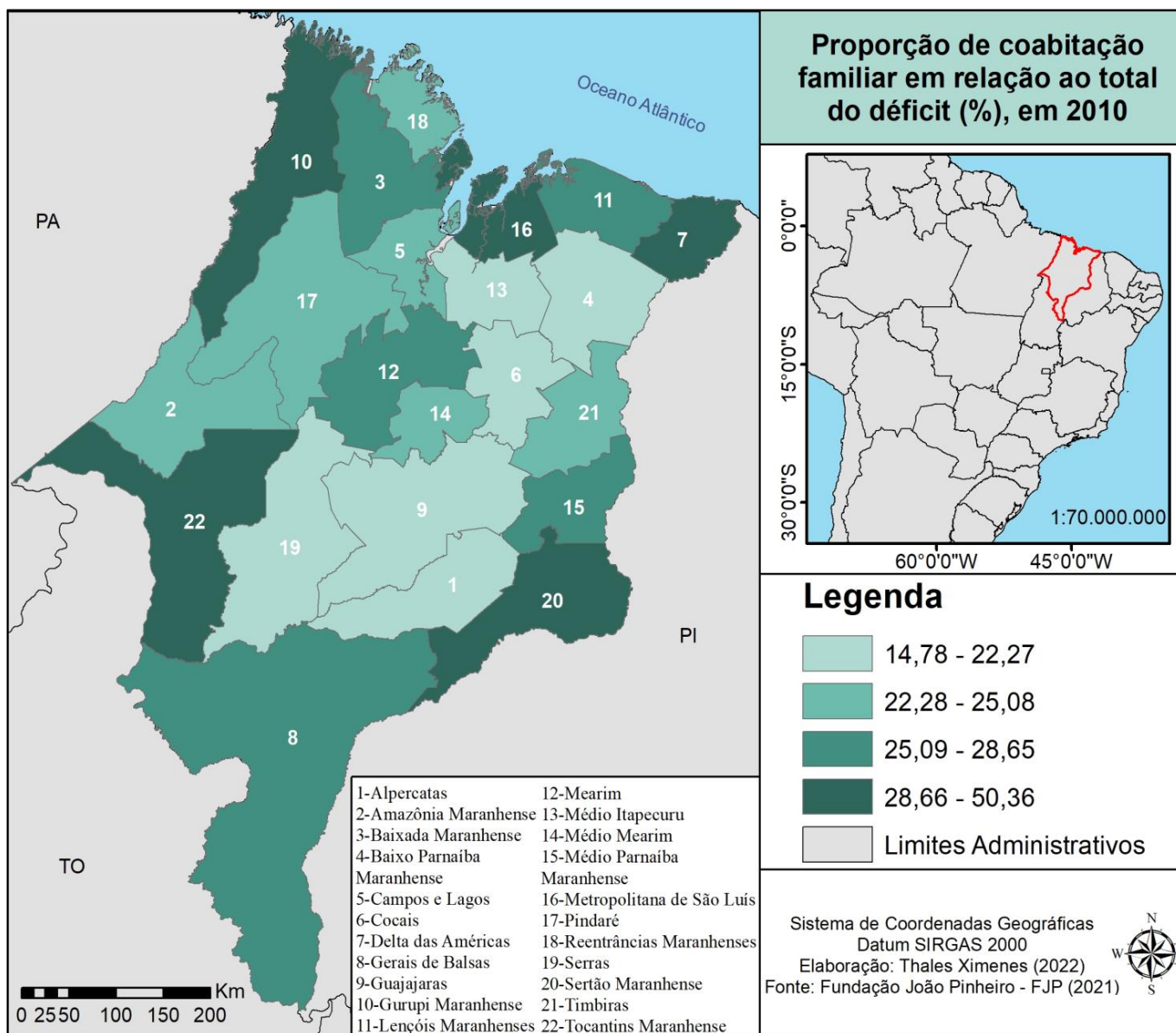
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 8 – Proporção de domicílios com coabitação familiar em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%)



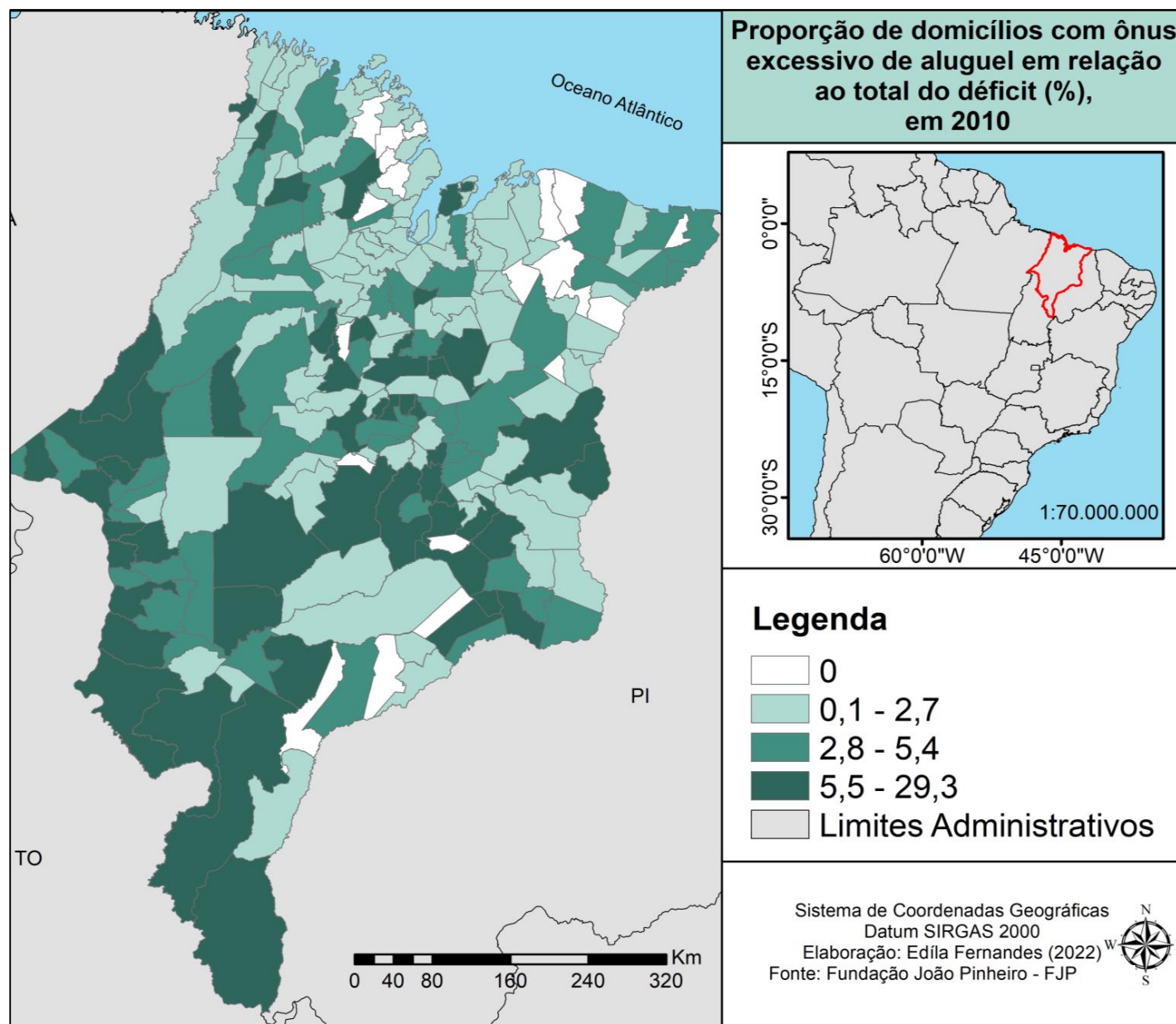
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 9 – Proporção de domicílios com coabitação familiar em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%)



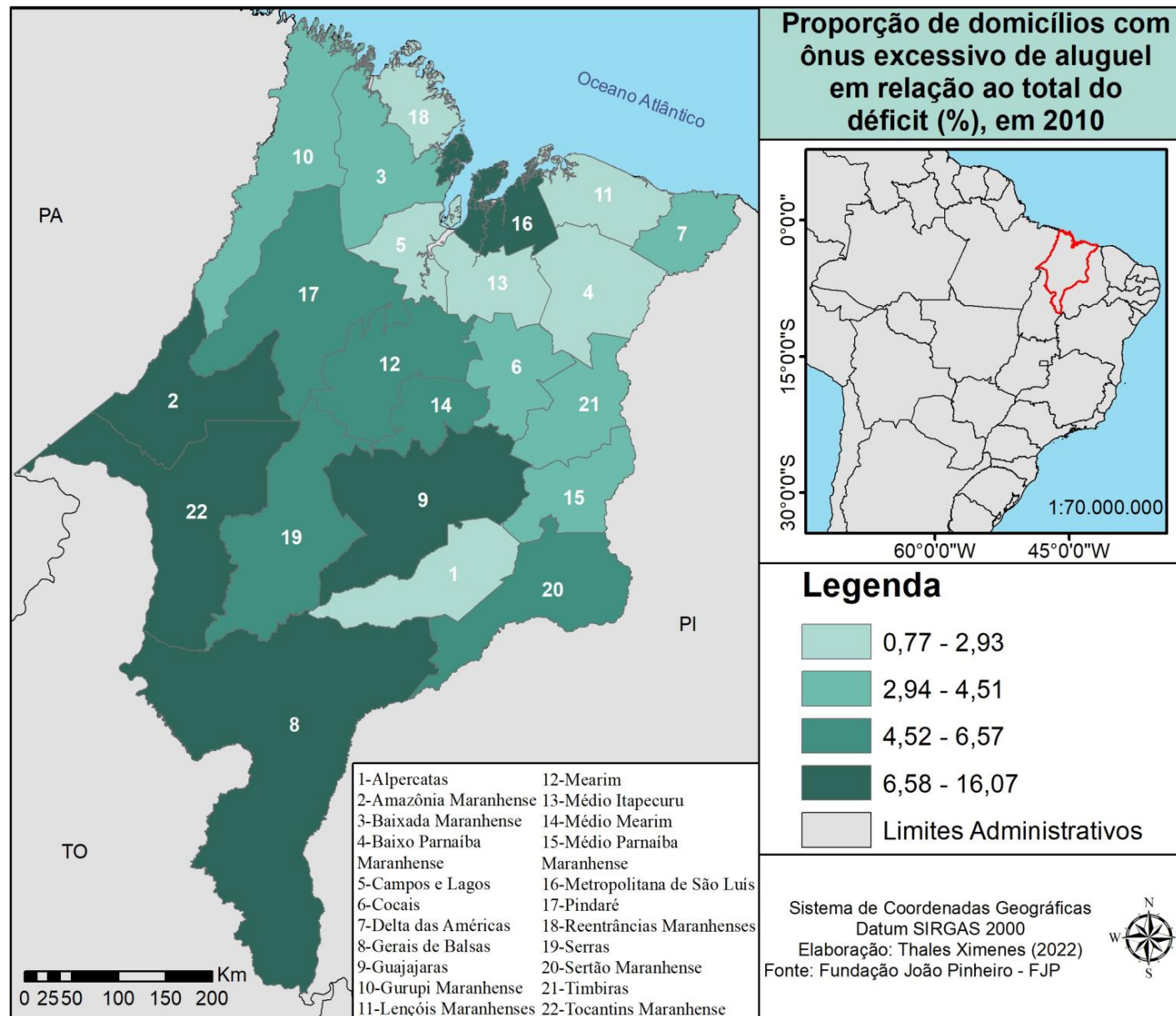
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 10 – Proporção de domicílios com ônus excessivo de aluguel em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%)



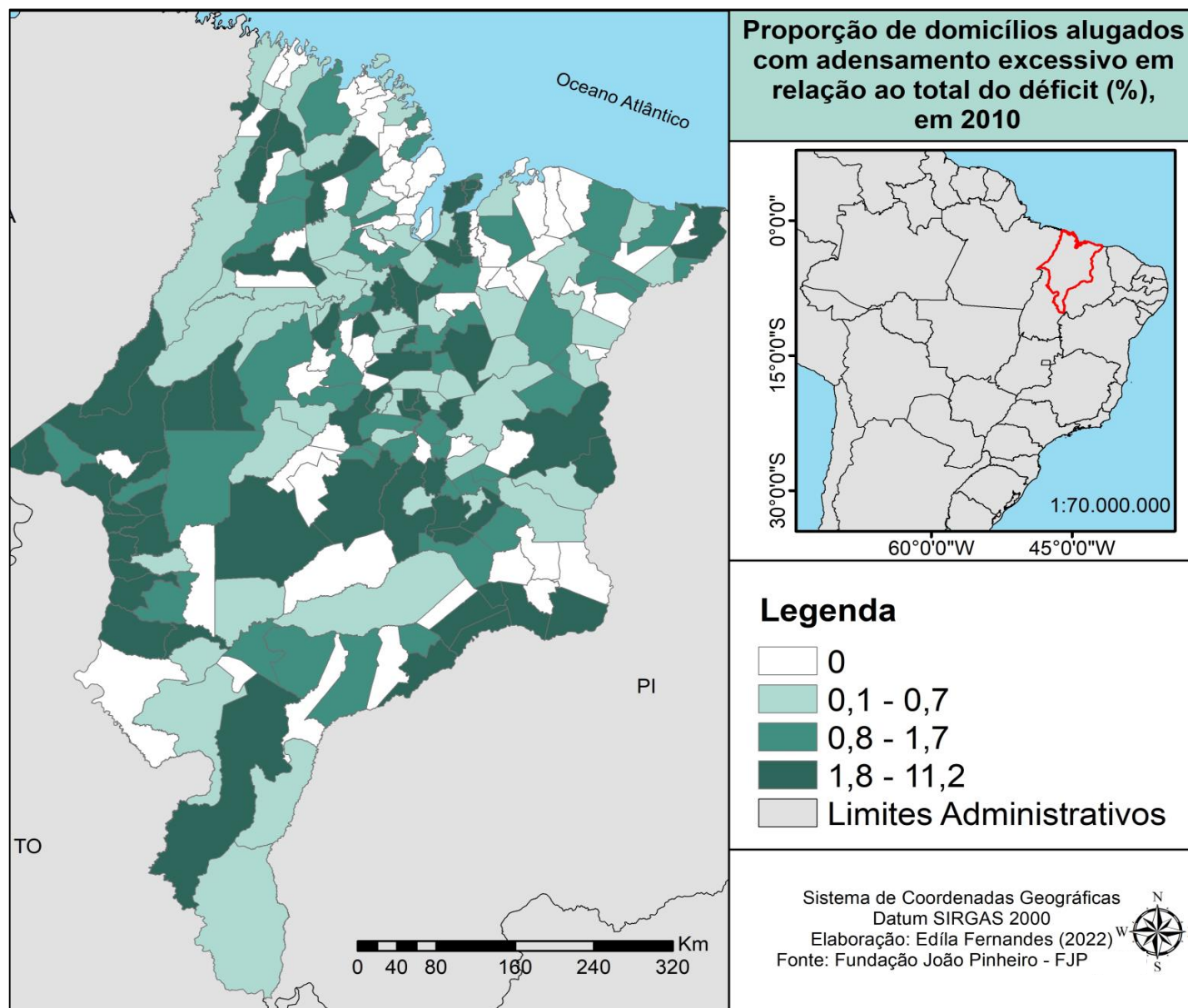
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 11 – Proporção de domicílios com ônus excessivo de aluguel em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%)



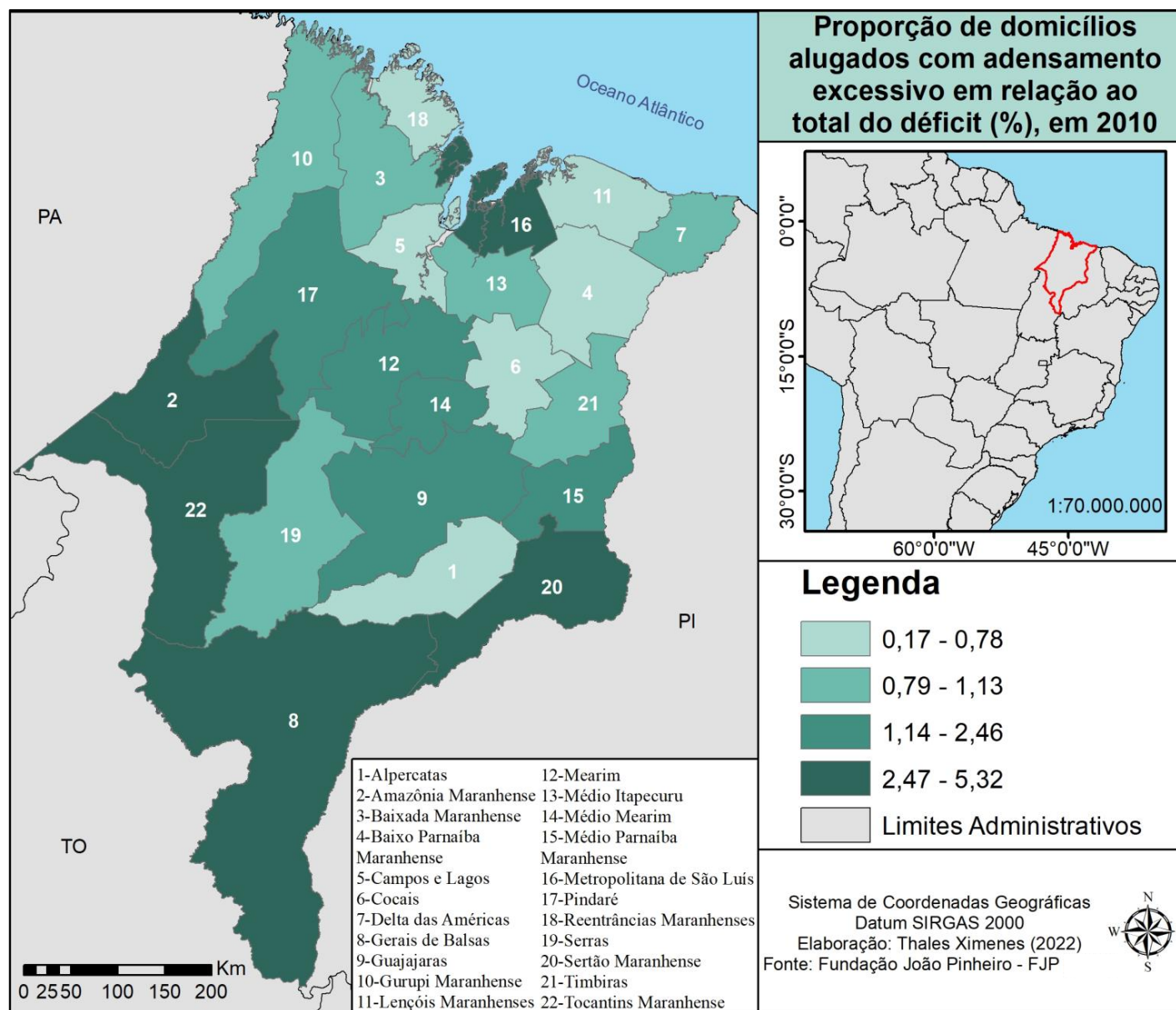
Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 12 – Proporção de domicílios alugados com adensamento excessivo em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nos municípios maranhenses, em 2010 (%)



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

Mapa 13 – Proporção de domicílios alugados com adensamento excessivo em relação ao total de domicílios particulares permanentes, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2010 (%)



Fonte: Elaborado IMESC, a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2013).

BOLETIM **SOCIAL** DO MARANHÃO
Déficit Habitacional e
Programas de Habitação

IMESC SEPLAN

